

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

**ANTHONY MATOS SEVERINO**

**PATRIMÔNIOS EM DISPUTA**

**Uma análise dos bens tombados na Pequena África, Rio de Janeiro.**

Rio de Janeiro

2022

ANTHONY MATOS SEVERINO

**PATRIMÔNIOS EM DISPUTA:**

**uma análise dos bens tombados na Pequena África, Rio de Janeiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos

Rio de Janeiro

2022

## CIP - Catalogação na Publicação

S498p Severino, Anthony Matos  
Patrimônios em disputa: uma análise dos bens  
tombados na Pequena África, Rio de Janeiro. /  
Anthony Matos Severino. -- Rio de Janeiro, 2022.  
70 f.

Orientador: Renato Emerson Nascimento dos Santos.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto  
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,  
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento  
Econômico e Social, 2022.

1. patrimônios negros. 2. patrimônios culturais.  
3. territórios negros. 4. Pequena África. 5.  
políticas de tombamento. I. Santos, Renato Emerson  
Nascimento dos, orient. II. Título.

ANTHONY MATOS SEVERINO

## PATRIMÔNIOS EM DISPUTA:

### Uma análise dos bens tombados na Pequena África, Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: 16/08/2022

#### BANCA EXAMINADORA

RENATO E.N.SANTOS

---

Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

RENATO E.N.SANTOS

---

Profa. Dra. Mariana Luscher Albinati

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

RENATO E.N.SANTOS

---

Prof. Dr. Luis Régis Coli Silva Júnior

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

*Aos que abriram os caminhos para que eu chegasse até aqui.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de chegar até aqui, somente essa força maior sabe minuciosamente o que passei ao longo da minha trajetória acadêmica. Sou grato por Deus jamais me desamparar nos momentos difíceis.

Em seguida, agradeço aos meus pais que desde sempre, mesmo com todas as dificuldades, jamais deixaram de incentivar e ajudar minhas irmãs e a mim, buscando fazer sempre o possível e às vezes até o impossível para que tivéssemos acesso à educação que eles infelizmente não tiveram. Dona Ana Cleide Matos, minha mãe e Aguinaldo Severino, meu pai, essa vitória é nossa! Obrigado por tudo! Eu amo vocês!

Agradeço a minha família, especialmente às minhas guerreiras avós, Dona Maria do Rosário e Maria das Dores, mas também ao meu avô, Antônio Severino, pessoa que me incentivou muito a gostar de leitura. Além disso, não posso esquecer das minhas implicantes irmãs, Marina e Mariana (mãe do Juanzinho), dos meus tios (sendo muitos), e também dos meus primos mais chegados que irmãos (os quais são em maior número ainda).

Agradeço imensamente a todos os professores, as tias e tios (os colaboradores das escolas) e a toda a estrutura do ensino público de qualidade a qual tive o prazer em toda a minha trajetória do ensino fundamental, até o ingresso na universidade, fazer parte. Tal oportunidade me moldou como cidadão e foi de suma importância na escolha da graduação em Gestão Pública.

Aos amigos, não poderia esquecer de agradecer aqueles que estão comigo desde o início de 2016.1 e que contribuíram para uma graduação mais leve, impossibilitando que me faltasse alegria até nos dias mais difíceis na universidade, são eles os membros do Blog o X da Gestão e com exceção do amante de fórmula 1, parceiros de muitas partidas de futebol no Bosque: Alexandre Medeiros, Felipe Luz, Henrique Dantas, Luiz Felipe Azevedo, Rodrigo Freitas, Pedro Gomes.

Não posso esquecer do trio ternura (pra mim eternamente será), Beatriz do Brasil, Camilla Xavier, Júlia Aleixo, e também da minha paulista preferida, Vivian Oliveira.

Além dos amigos de turma que se tornaram amigos de vida, não poderia deixar de mencionar pessoas que chegaram depois, mas que foram importantíssimas me estendendo a mão e me ajudando em minha caminhada acadêmica e pessoal. A Catarina Silva, futura melhor fisioterapeuta do Brasil, é uma dessas pessoas. A conheci através do projeto de extensão universitária “Alunos Contadores de História”, onde contávamos histórias para crianças do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira – IPPMG. Foi dessa pessoal a qual admiro demais e que tem um lugar especial na minha vida, a sugestão para participar do grupo acadêmico do referido projeto, sendo esse passo fundamental para um engajamento ainda maior no projeto tão importante para UFRJ e um despertar como futuro pesquisador.

Por falar em pessoas importantes, fecho os agradecimentos falando do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais, o NEGRAM. Tal grupo é coordenado pelo professor Renato Emerson dos Santos, a quem estimo grande admiração e gratidão por me abrir as portas de seu projeto de iniciação científica e acreditar em meu potencial. Neste potente grupo repleto de pesquisadores negros, conheci pessoas incríveis, não citarei todos aqui, pois são muitos, mas não posso deixar de falar do Reginaldo Braga, parceiro musical e mentor, que sempre me mostrou os caminhos e os possíveis obstáculos presentes neles, contribuindo demais na minha formação profissional e pessoal. Também agradeço imensamente a Ana Luiza Fernandes e a Helissan Cavalcante, duas grandes amigas e excelentes pesquisadoras a qual tive o prazer de conhecer neste grupo também. Com elas formamos uma rede de apoio incrível durante a pandemia, sem mesmo na época nos conhecermos pessoalmente. Hoje temos uma amizade sólida, fruto desse companheirismo. E o que falar da Paula Moreira, Karoline Silva, Stéfany Silva e Thaís de Paula?! Pesquisadoras do eixo a qual me insiro no grupo de Pesquisa e responsáveis por trocas maravilhosas no grupo de pesquisa.

Obrigado mais uma vez a cada um de vocês! Estamos juntos!

*“O nosso nome é resistência!”*

*Nei Lopes*

## RESUMO

O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa “Pequena África versus Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento do território”, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM/IPPUR/UFRJ). Este projeto analisa os repertórios de ação das reivindicações e lutas do Movimento Negro contra apagamentos de memórias históricas negras neste território localizado no Centro do Rio de Janeiro, berço da cultura e da sociabilidade negra e popular do passado e do presente. Um desses instrumentos mobilizados pelo movimento social, desde o tombamento da Pedra do Sal pelo INEPAC em 1987, é a patrimonialização de bens vinculados à memória negra. Pela sua importância, tal ferramenta na construção de identidade e representação é reivindicada pelo Movimento Negro e outros atores sociais, que buscam, através da salvaguarda desses patrimônios culturais, o reconhecimento e valorização deste lugar como um território negro de luta antirracista. É a partir disso que surge o objetivo deste trabalho, que buscou investigar nos patrimônios tombados na região, aqueles que se enquadram como patrimônios vinculados à cultura e herança africana e afro-brasileira neste lugar de memória negra. Para isto, foi utilizada como estratégia metodológica uma pesquisa básica, de abordagem quantitativa e qualitativa, com uma classificação quanto aos seus objetivos na forma exploratória e descritiva, procurando através do levantamento, mapeamento, análise cronológica e de conteúdo, atender ao objetivo proposto. Foram analisados 177 bens tombados, que se distribuíram sob a tutela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC) e Instituto Rio Patrimônio Humanidade (IRPH), sendo 11 desses bens (cerca de 9,6%) classificados como patrimônios negros, número aquém do ideal, dada a proporção e a significância da Pequena África e sua rica e importante história. Nesse sentido, coadunando-se ao resultado quantitativo desses patrimônios negros, foram construídos mapas que buscaram apresentar a configuração geral dessa distribuição dos bens tombados neste espaço. Além disso, destacaram-se alguns debates sobre casos específicos desses bens culturais negros levantados, a exemplo da Passarela do Samba e suas tensões, e, por fim, buscou-se adentrar no campo da comparação desses bens negros tombados com os pontos do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (Decreto Municipal nº 34.803) e também os pontos do Circuito

Histórico da Pequena África (Lei estadual 8.105 de 2018). Caminhamos, a partir desses resultados, para responder a nossa questão/hipótese principal. Compreendendo a partir de Anderson (2008) o censo, mapa e museu como instituições de poder que interligadas são mobilizadas na construção identitária dos Estados de formação colonial, podemos apontar que há nas patrimonializações da Pequena África um processo de branqueamento cultural e da imagem do território (SANTOS et al., 2017), compreendidos como apagamentos de referências vinculadas a grupos não-brancos? Concluimos que sim, sendo este branqueamento territorial um retrato das diversas intervenções e tentativas de apagamento da narrativa e memória negra da região, como citado neste trabalho, principalmente a partir do século XIX até recentemente, com as obras do projeto do Porto Maravilha.

**Palavras-chave:** patrimônios negros; patrimônios culturais; territórios negros; Pequena África; políticas de tombamento; Zona Portuária do Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

The present work is the result of the research project “Little Africa versus Porto Maravilha: disputes of place and resistance to the whitening of the territory”, linked to the Center for Studies and Research in Geography, Racial Relations and Social Movements (NEGRAM/UFRJ/IPPUR). This project analyzes the action repertoires of the claims and struggles of the black movement against the erasure of black historical memories in this territory located in downtown Rio de Janeiro, the cradle of black and popular culture and sociability in the past and present. One of these instruments mobilized by the social movement, after the preservation of Pedra does Sal by INEPAC in 1987, is the patrimonialization of assets linked to black memory. Due to its importance, such a tool in the construction of identity and representation is claimed by the Black Movement and other social actors, who seek, through the safeguarding of these cultural heritages, the recognition and appreciation of this place as a black territory of anti-racist struggle. It is from this that the objective of this work arises, which sought to investigate the heritage listed in the region, those that fit, therefore, as heritage linked to African and Afro-Brazilian culture and heritage in this place of black memory. For this, basic research was used as a methodological strategy, with a quantitative and qualitative approach, with a classification regarding its objectives in an exploratory and descriptive way, seeking through the survey, mapping, chronological and content analysis, to meet the proposed objective. A total of 177 listed properties were analyzed, distributed under the tutelage of the Institute of National Historic and Artistic Heritage (IPHAN), State Institute of Cultural Heritage (INEPAC), and Rio Heritage Institute (IRPH), 11 of which (about 9.6%) classified as black heritage, a number far below the ideal, given the proportion and significance that Little Africa and its history of struggle and resistance have. In this sense, in line with the quantitative result of these black patrimonies, maps were constructed that sought to present the general configuration of this distribution of the listed assets in this space. In addition, some debates on specific cases of these black cultural assets were highlighted, such as the Sambódromo and its tensions, and, finally, an attempt was made to enter the field of comparison of these listed black assets with the points of the Historic Circuit. And Archaeological Celebration of African Heritage (Municipal Decree No. 34,803) and also the points of the Little Africa Historic Circuit (State Law 8,105 of 2018). We walk from these results to answer our main question/hypothesis.

Understanding from Anderson (2008) the census, map, and museum as institutions of power that are interconnected and mobilized in the identity construction of colonial states, we can point out that there is in the patrimonialization of Little Africa a process of cultural whitening and the image of the territory. (SANTOS et al., 2017), understood as deletion of references linked to non-white groups? We conclude that yes, this territorial whitening is a portrait of the various interventions and attempts to erase the region's black narrative and memory, as told in this work, mainly from the 19th century until recently, with the works of the Porto Maravilha Project.

**Keywords:** black heritage; cultural heritage; black territories; small Africa; preservation policies; Rio de Janeiro Port Zone.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Percentual dos patrimônios negros tombados na Pequena África.....	52
Figura 2 - Todos os patrimônios tombados na Pequena África.....	55
Figura 3 - Patrimônios tombados na Pequena África por órgão.....	56
Figura 4 - Patrimônios tombados na Pequena África por categoria .....	57
Figura 5 - Patrimônios negros tombados na Pequena África .....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bens tombados na Pequena África ligados à cultura e herança negra.....	50
---	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>CONCEITOS IMPORTANTES .....</b>	<b>18</b>
2.1	Memória e identidade.....	19
2.2	Patrimônio cultural e política de tombamento.....	23
2.3	O território.....	28
<b>3</b>	<b>PEQUENA ÁFRICA E AS DISPUTAS DE TERRITÓRIO .....</b>	<b>33</b>
3.1	A Pequena África.....	33
3.2	Do Cais ao Porto Maravilha .....	35
3.3	O branqueamento de território e as disputas de lugar .....	39
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>	<b>44</b>
4.1	Classificação quanto a pesquisa .....	44
4.2	Levantamento e tabela.....	46
4.3	Análise dos bens vinculados à cultura negra.....	47
4.4	Mapeamento .....	47
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E OBSERVAÇÕES .....</b>	<b>49</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>
	<b>ANEXO A – Mapa Pequena África.....</b>	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O referido trabalho surge a partir dos encontros ocorridos no projeto de Iniciação Científica “Pequena África versus Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento de território”, um dos eixos de pesquisa abordados no NEGRAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais) vinculado ao ETTERN/IPPUR/UFRJ. Tal projeto, destaca a dimensão racial dos embates ocorridos na Pequena África, região localizada no Centro do Rio de Janeiro e lugar de chegada de milhares de africanos escravizados, consagrando-se, portanto, como o berço da cultura e da sociabilidade negra e popular do passado e do presente. A pesquisa, através das contribuições do grupo, tem buscando investigar como vêm sendo construído, a partir da mobilização e articulação do Movimento Negro, o repertório de luta e reivindicação dentro deste recorte de herança africana, lugar onde recentemente ocorreram as obras de revitalização do Porto Maravilha e que historicamente vêm sendo palco de constantes intervenções urbanísticas por parte do Estado. Em um dessas reuniões, algumas discussões e reflexões foram geradas a partir da leitura do Dossiê da candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial (IPHAN, 2016) causando em mim diversas inquietações a respeito não somente das tensões e conflitos deste patrimônio em especial, mas gerando também questionamentos frente aos outros diversos bens ligados à cultura e herança africana do passado e do presente que podem existir e resistir no recorte da Pequena África, no Rio de Janeiro. A partir disso, surge o objetivo deste trabalho, que é, portanto, investigar os patrimônios culturais negros e as disputas no território, analisando, portanto, os bens tombados na Região da Pequena África, Rio de Janeiro. As políticas de patrimônio no Brasil têm o seu marco inicial na década de 1930, porém é somente a partir da década de 1980 que vemos emergir tombamentos ligados à história e cultura negra, como a Pedra do Sal, tombada em 1987 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Além disso, soma-se a região da Pequena África a notoriedade da descoberta do Cais do Valongo, local que passa a ser reconhecido em 2017 pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, o que vem reforçando a atuação de atores e a utilização e ressignificação desses espaços como repertório de suas lutas.

Sendo assim, buscaremos entender como vem se relacionando esses patrimônios ligados a cultura e herança africana e afro-brasileira na Pequena África e

como se dá o panorama desses bens tombados na região. Nesse sentido, se aproximadamente 35 anos separam o ano de 2022 do tombamento da Pedra do Sal pelo INEPAC em 1987, quantos bem vinculados à cultura negra são reconhecidos por essas narrativas negras e tombados pelos órgãos responsáveis pelas patrimonializações na Pequena África?

Nessa linha, a partir dos resultados obtidos, este trabalho procurou responder como principal questão/hipótese: É possível falar de um processo de branqueamento cultural e da imagem do território (SANTOS et al., 2017), compreendido como apagamento de referências vinculadas a grupos não-brancos, na política de patrimonialização na Pequena África?

Assim, com o objetivo geral de investigar o histórico de patrimonialização de bens ligados à memória e cultura negra na região da Pequena África, este trabalho de forma mais específica buscou na pesquisa sistematizar as informações levantadas, compreendendo como o histórico de patrimonialização, no recorte se relaciona com a história negra na Pequena África, mas também analisando do ponto de vista atual como vem sendo tombados os bens ligados à cultura africana por parte dos órgãos responsáveis, compreendendo, portanto, como o movimento negro vem articulando os patrimônios como repertório de suas lutas.

Para isso, dentro de seu percurso analítico, este trabalho se apresentará daqui para a frente em cinco sessões ou capítulos. No capítulo “Conceitos importantes”, consolida-se a compreensão de alguns fenômenos para o aprofundamento daquilo que envolve o nosso objeto de análise, as patrimonializações no recorte da Pequena África. Para isso, torna-se necessário, compreender como são construídos esses objetos tangíveis que historicamente se tornam alvos de constantes disputas. Nessa linha, buscaremos entender, portanto, o que é a memória e identidade, fenômenos que se associam intrinsecamente ao conceito de patrimônio cultural (outro objeto de análise neste capítulo). Além disso, passaremos pela noção de tombamento, uma das políticas mais antigas de reconhecimento e preservação dos patrimônios culturais e por fim, o capítulo abordará a noção de território propondo entender a lógica onde esses símbolos, signos e matrizes são inseridos e suas territorialidades.

Já no capítulo “Pequena África e as Disputas de Território”, será abordado o que é esse território negro localizado no Centro do Rio de Janeiro, mostrando a sua importância histórica e cultural na construção da Zona Portuária e seus bairros adjacentes. Nessa lógica, será mostrado também como historicamente essa região

vem lidando com as diversas intervenções do Estado no território e como a partir dessas ações, por meio das estratégias dos agentes hegemônicos, os atores sociais, como o Movimento Negro, vêm reagindo, reivindicando e ressignificando esse lugar de identidade e memória na luta contra o branqueamento de território através das disputas de lugar (SANTOS et al., 2017). Assim, analisando alguns episódios dessas políticas na região e os acontecimentos de levantes para o acionamento das articulações e mobilizações dos movimentos sociais na região, entenderemos mais sobre esses dois conceitos que nortearão as interpretações dos procedimentos metodológicos que serão aplicados neste trabalho nos patrimônios inseridos na Pequena África.

Em seguida, no capítulo “Metodologia de Pesquisa”, será demonstrada a linha de estratégia metodológica escolhida para a abordagem do trabalho, compreendendo uma pesquisa básica, de abordagem quantitativa e qualitativa, com uma classificação quanto aos seus objetivos na forma exploratória e descritiva. Assim, os procedimentos metodológicos se dividirão em pesquisa bibliográfica, trazendo conceitos relevantes para uma maior compreensão do campo das patrimonializações nos territórios, pesquisas de levantamento dos bens tombados na Pequena África, análise dos bens tombados na Pequena África e suas relações com a memória negra e lutas do Movimento Negro e por fim, os mapeamentos que juntos apresentarão uma visão geral sobre as políticas de patrimonializações na Pequena África e o branqueamento de território.

Toda essa construção nos levará aos capítulos “Resultados e observações” e “Considerações finais”, aonde a partir da metodologia com seus levantamentos e mapeamentos serão interpretadas e debatidas as informações contidas neste trabalho. Com essa projeção, poderemos entender se as políticas de branqueamento de território, tão presente através das políticas de remoções, também geraram um impacto nos patrimônios negros da Pequena África, mas, além disso, outras questões e tensões que rodeiam esses patrimônios ligados a identidade e cultura africana e afro-brasileira serão levantadas. Abordaremos a relação dos bens levantados com os pontos do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, conjunto de pontos de interesse para valorização de patrimônio, definidos pelo Decreto Municipal 34.803/2011 e também, a posterior Lei estadual 8.105 de 2018 que cria o Circuito Histórico da Pequena África, a existência ou não de sobreposição de tombamentos sobre os bens ligados à memória e cultura negra, entre outras questões.

## 2 CONCEITOS IMPORTANTES

Sendo etimologicamente, segundo Funari (2005 apud PELEGRINI, 2006) proveniente do termo "herança paterna", a noção de patrimônio derivada do latim "patrimonium", traz em sua origem uma ligação a um sentido de propriedade passada de pai para seus sucessores ou uma noção de bens e monumentos herdados de gerações anteriores. Tal etimologia e sua expressão, conforme a autora, nos conduz a palavra moneo que no latim significa "levar a pensar". Essa forma de olhar para o patrimônio e a origem de sua noção, nos faz interpretar que essa ação do "levar e pensar" está intrinsecamente ligada à noção de memória e suas narrativas agregadas a esses objetos. Portanto, se temos bens culturais e esses são preservados, isso tudo se deve ao poder que os atores sociais têm de manter suas identidades culturais atreladas a esses patrimônios, sendo esses, portanto, ao longo da história um despertar de sentido desses atores. Dessa maneira, torna-se crucial para nossa compreensão entendermos neste capítulo do trabalho a memória e a identidade, e suas construções a luz das ideias de alguns autores, demonstrando como ambos conceitos se relacionam e como a partir de sua incorporação aos patrimônios podem ser utilizados como ferramenta política de poder e objeto de disputa nos territórios.

Soma-se também ao entendimento da memória e identidade, a própria noção do patrimônio e do patrimônio cultural, caminho de importância que nos direciona até as políticas patrimoniais, especificamente, no caso deste trabalho, os tombamentos. Esse caminhar nos conduzirá nas linhas abaixo nos aproximando do porquê da necessidade dos patrimônios nas sociedades, do papel exercidos por esses objetos em seus territórios, a sua classificação e forma de interpretação na legislação brasileira, além também de esclarecer no sentido histórico, quando é que o Estado brasileiro passou a olhar para esses bens e sentiu a necessidade de preservá-los através das patrimonializações, mas também como se configura atualmente essa política.

Por fim, trataremos o território, conceito que também é base para a interpretação dentro de nosso objeto de pesquisa, os patrimônios inseridos na Pequena África. É importante analisarmos o que pensam alguns autores a respeito desses conceitos, contextualizando os seus diferentes enfoques que o fenômeno pode ser abordado. Dessa forma, relacionamos, portanto, como a construção dos territórios, esse espaço vivido, torna-se peça importante na construção das relações

sociais, trazendo, portanto, aspectos da memória e identidade e relacionando-o com o patrimônio. Assim sendo, todos esses conceitos trazidos neste capítulo, irão fundamentalmente ilustrar a leitura socioespacial da construção da região central da cidade, pensando as territorialidades e o papel do patrimônio nesse lugar a partir da construção e das tentativas de apagamentos da memória e identidade dos diversos atores que habitam a região.

## **2.1 Memória e identidade**

O que são memória e identidade? Essa é uma pergunta que aparentemente pode parecer fácil de ser respondida. No entanto, suas definições dependem da perspectiva abordada e para muitos autores estes dois fenômenos são totalmente ambíguos e rodeados de complexidade em suas definições e aprofundamentos. Este subcapítulo irá abordar a memória e identidade considerando autores das Ciências Humanas e mostrar também a sua relação.

Segundo Halbwachs (1990 apud SCHMIDT; MAHFOUD, 1993) a memória age como um trabalho de reconhecimento e reconstrução naquilo engendrado nos chamados “quadros sociais”. O autor acredita que esse reconhecimento é tudo aquilo que já foi visto ou é um sentimento que um indivíduo tem de já ter presenciado um determinado acontecimento. Já o que chama reconstrução, classifica em dois sentidos: o primeiro sentido vem numa visão de resgate das vivências em interesses atuais e o segundo sentido, a partir do destaque da massa dos acontecimentos e vivências lembradas e encontradas em um determinado espaço-tempo, num conjunto das relações sociais. Assim, juntamente da lembrança, o reconhecimento e a construção, portanto, se tornam dependentes das interações sociais e são fatores relevantes para a memória.

Ainda segundo Halbwachs (1990 apud SCHMIDT; MAHFOUD, 1993) esses processos nos quadros sociais podem ser divididos a partir das memórias individuais e coletivas. A memória individual reforça a ideia de ser um ponto de conexão das diferentes influências sociais e uma forma pessoal de controlar e gerir as mesmas. Já a memória coletiva, traz em seu escopo a concepção de força expressa por determinados grupos sociais para localizar e articular as lembranças em comum. Nora (1993) confirma esta ideia quando afirma que a memória é um tipo de fenômeno

vivenciado e em constante mutação, partindo então dos processos individuais ou coletivos. Dessa forma, reafirma-se a ideia de que é inviável que uma memória seja somente individual, mas sim que as lembranças sejam sempre construídas de maneira coletiva.

Essa construção da memória, individual ou coletiva, de acordo com Pollak (1993) perpassa por duas fases. Em uma primeira fase, o autor coloca a memória como aqueles acontecimentos vividos de maneira pessoal, no íntimo das vivências ocorridas sendo construídas a partir do indivíduo. Já na segunda forma, afirma que os grupos identificados com memórias coletivas na sociedade, acabam por viver muitas memórias “por tabela”. Assim é possível dizer que as externalidades são fatores significativos nas construções de uma memória, memórias essas de si para si mesmo ou memórias coletivas.

As duas ideias partem de autores diferentes, porém interagem e se complementam. Pollak (1993), converge com a teoria de Halbwachs (1990 apud SCHMIDT; MAHFOUD, 1993) quando afirma que “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social”. Os autores, portanto, efetuam referências a formas que o indivíduo em um recorte social interage com as lembranças, peça constituinte da memória e mais a frente como será visto, da identidade.

Ainda sobre a memória, além dos atores sociais que são os principais produtores das lembranças, temos também os lugares de memória. De acordo com Nora (1993) a consagração dos lugares só ocorre porque nós indivíduos não habitamos a nossa memória. Para ele os lugares de memória só existem porque não “há memória espontânea” e que a partir dessa falta de espontaneidade é preciso materializar, musealizar e arquivar as memórias, o que faz desse processo algo não natural e não democrático, isso pelo fato de por de trás desses processos estarem os agentes hegemônicos. O autor relembra que por esses motivos, as “minorias” (indivíduos subalternizados), estão de maneira permanente solicitando uma memória fora desse foco de privilégios, o que faz as mesmas sempre constantemente essa configuração desses lugares de memória. Por outro lado, acredita-se que a criação desses lugares de memória são formas de manutenção daquilo que está ameaçado, ou seja, esses lugares são formas de impor uma memória a partir do tangível para perpetuar uma ideia de dominação, pelo menos na lógica daqueles que criam esses

lugares. A história assume esse papel fundamental na construção, transformação e manutenção desses lugares de memória.

Sendo os patrimônios culturais, aqui vistos como objetos construtores de narrativas identitárias, torna-se importante também abordarmos juntamente o fenômeno da memória, a identidade. Tal conceito está historicamente ligado a uma noção de algo que é, ou seja, foi historicamente associada ao essencialismo. Woodward (2014) afirma que o essencialismo é peça constante naquilo que envolve as reivindicações das identidades, e que neste jogo, decide quem faz parte ou não de um determinado grupo identitário. Nessa linha, conclui-se que a identidade a partir do essencialismo é fixa e imutável, tendo então ligação com formulações representadas no passado e que perduram no decorrer da história. Por outro lado, as reivindicações identitárias não se atrelam somente ao essencialismo, tendo também em outras situações, sua criação a partir de outras relações naturais ou não, entretanto, também pautadas em versões essencialistas em algum lugar da história.

Ainda Woodward (2014), afirma que a identidade contracenava com a diferença, sendo a primeira relacional e a segunda estabelecida por uma marcação simbólica relativa a outras identidades. A identidade interage diretamente com as condições sociais e materiais. Por conta disso, a partir da diferença criada por meio da identificação, os grupos excluídos podem sofrer os efeitos desse cenário, tendo assim suas vidas afetadas por serem vistos como os outros. Portanto, a identidade tem esse efeito colateral de gerar as desigualdades existentes na nossa sociedade.

Também, sendo a identidade cultural uma noção bem próxima da noção de Identidade propriamente dita, Hall (2006) admite este fenômeno se apresentando de duas formas. A primeira forma consiste em uma maneira mais tradicional e está atrelada a questões de modo de ser coletivos. Já a segunda forma, que mesmo tendo algum tipo de relação com a primeira, compreende nas identificações criadas pelos indivíduos, existem “pontos críticos de profunda diferença” que constituem “aquilo que somos realmente”. Sendo assim, é um resultado de transformação a partir da intervenção da história naquilo em que os atores sociais se tornam. Portanto, a partir de uma de “se tornar algo”, as identidades são constatadas pelo autor como fenômenos em constante processo de mutação ou naquilo que chama metaforicamente de “jogo da história, da cultura e do poder” (HALL, 2006, p. 24).

Dessa forma, ambas as apresentações de identidade trazidas pelos autores citados, dialogam entre si, seja no âmbito da identidade ou da marcação da diferença.

A diferença, aliás, é parte fundamental para a compreensão daquilo que é a identidade e precisa ser neste subcapítulo sobre a memória e identidade, também lembrada.

O essencialismo em ambos entendimentos, é citado, no entanto, já não demonstra na visão dos autores ser o principal atuante na construção das identidades e isso se deve às diversas transformações ocorridas, fazendo assim da identidade algo constantemente mutável principalmente por conta das relações sociais e suas diversas identidades múltiplas. A saber, Castells (2018) afirma que um indivíduo pode ter identidades múltiplas e essa pluralidade de identidades acaba por causar um choque de contradições em análises intrapessoais, mas principalmente nas ações sociais. A identidade pode ser diferida dos “papéis sociais”. Os papéis sociais para os sociólogos formam as diferentes facetas que um indivíduo tem nos grupos sociais, como uma profissão, e esses papéis são definidos não pelo indivíduo, mas sim por convenções sociais advindas das instituições e organizações instauradas. Já a identidade, está ligada a uma “fonte de significado”, pois são originadas a partir dos indivíduos e não pelos outros.

Esses choques ocorrem justamente nessas relações advindas das convenções sociais pelo fato de cada papel exercido por esses atores, terem um significado e serem repletos de identidades variadas. A ideia de Castells, confirma que a identidade propriamente dita, é aquela que não é definida pelo o que vem de fora, mas sim parte da construção do indivíduo. Comentando a respeito da construção social a partir da lógica de relações de poder, o autor classifica a identidade como a) legitimadora, aquela introduzida pelas instituições dominantes da sociedade; b) identidade de resistência, criada pelos “outros” aqueles que estão em condições desvalorizadas na sociedade e que lutam e resistem contra o sistema de dominação; c) identidade de projeto, aquela em que os atores sociais com os materiais culturais em mãos, constroem uma nova identidade, posicionando-se na sociedade. (CASTELLS, 2018, p. 63)

Sendo assim, a memória e a identidade, são totalmente interligadas. Segundo Pollak (1993) a memória se encaixa no sentimento de identidade por ser um “fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Por estarem estreitamente atreladas as externalidades, os dois fenômenos são extremamente maleáveis, sendo inclusive objetos de disputas a partir das projeções individuais frente às projeções coletivas e assim, sendo totalmente influenciáveis.

Nessa linha, Le Goff (2013) exalta a importância que a compreensão da identidade tem nos estudos da memória, demonstrando assim que a memória está intrinsecamente conectada a este outro fenômeno:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. No entanto, a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2013, p.435).

Identidade e conseqüentemente a memória, portanto, são fenômenos que figuram como objetos de disputas nas sociedades. A construção das mesmas, perpassa por uma ínfima gama de externalidades recaindo e impactando nessas construções identitárias.

Pollak (1993) comenta ainda que a partir das influências políticas e das movimentações ao longo da história, ocorre um fenômeno chamado “projeção ou identificação” na memória. Consoante o autor, a partir da proporção dos eventos ocorridos no passado, a marca deixada por eles ou essas movimentações arquitetadas pelo poder, acabam criando o que ele chama “memória quase herdada”. Isso em prática, demonstra dois lados da memória: aquela que perpetua e assim é passada por gerações e aquela sendo criada a partir das determinações daqueles envolvidos nas articulações dos movimentos políticos.

Um exemplo dessa memória quase que herdada pode ser visto no conceito de “Comunidades Imaginadas” de Anderson (2008). Nela, comenta-se a possibilidade de uma criação de uma identidade nacional como uma construção implementada de forma generalizada, mesmo não sendo, tendo em vista que se impossibilita ter acesso a todas as visões daqueles que compõem essa nação. Isso faz com que dentro desses recortes existam sempre pessoas que contestam essa ideia e tentarão reconstruir por meio da luta essa nova identidade. Essa lógica também pode ser construída a partir das narrativas que os patrimônios podem criar.

## **2.2 Patrimônio cultural e política de tombamento**

Na lógica dos lugares de memória, tema abordado anteriormente no campo da memória, temos os chamados patrimônios culturais. A relação entre os lugares de memória e o patrimônio pode ser compreendida a partir da análise de Sodré (1988). Para o autor, o patrimônio pode ser considerado como uma “metáfora para o legado de uma memória coletiva, de algo culturalmente comum a um grupo”. Dessa forma, portanto, através de sua leitura, relacionando sociologicamente o patrimônio simbólico do negro e dialogando à memória cultural africana através dos terreiros, Sodré afirma que a noção de patrimônio não se atrela somente a questões econômicas, sendo esses, portanto, bens físicos abrangidos em competência técnica ou de lugar social, sendo objetos que se entrecruzam através do simbolismo, da política e da etnicidade (SODRÉ, 1988, p. 50).

Em sua essência, a palavra “Patrimônio” é originalmente derivada do latim, *patrimonium*, esse termo tem a sua origem na antiga Roma e se referia “a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família”. Essa lógica na origem da palavra, estava atrelada a uma ideia de herança e surge no âmbito privado do direito de propriedade, estando intimamente ligada aos pontos de vista e interesses aristocráticos (*fidalgos*). Entre os romanos, a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos; logo, não era possuidora do “*patrimonium*” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 16 -17).

Choay (2001) alega que a palavra “Patrimônio” tem sua origem e conexão nas “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço-tempo.” Ainda segundo a mesma, o significado da palavra foi temporalmente modificado na história e fez com que o conceito, portanto, se redefinisse e se requalificasse a partir das perspectivas, as abordagens ao tema e os acontecimentos passados. A saber, por exemplo, Funari e Pelegrini (2009) trazem a ascensão do cristianismo, que teve o seu auge no período conhecido como Idade Média, acrescentando a partir da adoração aos santos e as suas relíquias, uma maneira simbólica de valorização as práticas dos rituais coletivos naquele sentido, como já comentado, patriarcal, individual e privativo do patrimônio vinculado ao conceito Romano. Essa mudança, entretanto, foi apenas uma das transformações do entendimento do conceito patrimonial, tendo o mesmo passado por modificações no Renascimento, com a luta pela valorização humana e os ataques ao teocentrismo, tendo esse movimento por parte dos humanistas trazendo uma ótica de preocupação com as antiguidades, artefatos, vestígios históricos numa lógica da preservação

patrimonial, chegando até a criação dos Estados Nacionais. Assim, passou então a quebrar de vez as bases hegemônicas do colecionismo, objeto de construção da ótica moderna do Patrimônio que teoricamente rompe com o privado, religioso e as tradições antigas e passa a ser visto em um âmbito coletivo, uma coisa mais geral.

Adentrando no sentido dos Patrimônios Culturais, que segundo o IPHAN, “é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo”, Bohan (1975 apud LEMOS, 1981, p. 8-10) traz a sugestão de que os mesmos sejam classificados em três categorias. A primeira, fazendo menção aos elementos diretamente ligados à natureza e ao meio ambiente. Já a segunda categoria, tendo as práticas e conhecimentos adquiridos a partir dos saberes, como o ato de cozinhar, por exemplo. Por fim, como última categoria, o autor francês, cita a ligação aos bens culturais, englobando todos os bens tangíveis como objetos, construções, casas, museus, artefatos, elementos construídos a partir da lógica do saber e criados a partir do meio ambiente. Portanto, para o autor, as duas primeiras categorias fundadas, são essenciais para a construção desta última chamada categoria dos bens culturais.

Lemos (1981) afirma haver uma diversidade de Patrimônios Culturais de um povo, porém, trabalha com a ideia de que há uma diferença entre Patrimônios Culturais e os Patrimônios Culturais oficiais. Os Patrimônios Culturais considerados oficiais, seriam aqueles legitimados de maneira legal, ou seja, os preservados, assistidos e institucionalizados a partir da lei. Sendo esses patrimônios legitimados em uma verticalização de cima para baixo. Esses bens podem ou não representar a identidade de um povo e podem por ações políticas e seletividades hegemônicas, serem construídos para atender interesses particulares.

Já Funari e Pelegrini (2009) Mostram que na ótica do patrimônio moderno, geralmente, os patrimônios podem ser enxergados de duas formas. Primeiramente, como um bem material, deixado pelos antepassados, como, por exemplo, uma casa, ou seja, um bem de cunho tangível que pode conter não somente o valor simbólico, mas sim um valor de mercado, assim o Patrimônio material pode ter um cunho simbólico e emocional, algo repleto de informações que recheiam os indivíduos muito além do material, envolvendo um apelo ou apego sentimental. Além disso, o patrimônio também pode ser visto como algo espiritual. O patrimônio espiritual, é considerado como aqueles ensinamentos e lições de vida que os nossos

antepassados nos deixaram. Sendo assim aquilo que podemos chamar patrimônio imaterial.

Muito antes da classificação legal entre patrimônios tangíveis e intangíveis dos quais falam Funari e Pelegrini, a política de patrimonialização no Brasil passou por algumas transformações. Segundo Silva (1981), apesar de a proteção ao patrimônio cultural ser registrada no direito português no século XVII, no Brasil, país colonizado pelos lusitanos, é somente a partir do século XX que o país legalmente tem uma preocupação com a proteção dos bens culturais. Em 13 de janeiro de 1937, após os primeiros anos do século XX passar por diversas tentativas por parte da classe intelectual, religiosa e parte da classe política, é que foi criada no governo do então presidente Getúlio Vargas, a lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeira denominação do órgão federal que viria posteriormente se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Após a criação do IPHAN, em 30 de novembro do mesmo ano, foi promulgado o decreto-lei nº 25 de 1937 criando um instrumento jurídico chamado Tombamento, uma das principais formas de conservação e reconhecimento de bens no país. Na perspectiva do patrimônio material, o tombamento segundo o IPHAN:

[...] é um dos dispositivos legais que o poder público federal, estadual e municipal dispõe para preservar a memória nacional. Também pode ser definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger — por intermédio da aplicação de leis específicas — bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Entre as diversas formas de proteção, o tombamento é o instrumento mais conhecido e utilizado. O tombamento de um bem cultural significa proteção integral, sendo uma das ações mais importantes relacionadas à preservação de um patrimônio de natureza material.” (IPHAN, 2022).

Segundo Alves (2008) O tombamento é uma ferramenta ou instrumento jurídico que tem como objetivo a proteção natural e cultural. O Estado, portanto, em condição de legitimidade pode intervir em um determinado bem, espaço e saber com um regime especial de tutela, salvaguardando a cultura do país. Através deste cuidado, o tombamento evita que os proprietários dos bens façam modificações ou destruam o espaço, os vestígios, os arquivos e tudo aquilo mais que possa ser de interesse público. Além disso, as restrições administrativas àquela determinada propriedade, evitando a descaracterização do lugar. Ressalta-se a perspectiva do patrimônio material, porque este trabalho se dedica a debater essa categoria tangível do

tombamento, o que não retira a importância para os estudos do Patrimônio na categoria dos bens imateriais e outras formas de proteção aos patrimônios.

O artigo 216, da Constituição Federal de 1988, foi um marco na ampliação de sentido para aquilo que era considerado Patrimônio no Brasil, aumentando o sentido de patrimônio até então pautado nas linhas do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que limitava a noção de Patrimônio Cultural. O decreto sobre a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, que até então continha uma abordagem muito vaga a respeito dos Patrimônios, parte da década de 1980 por uma mudança nominal de “Patrimônio Histórico e Artístico” para “Patrimônio Cultural Brasileiro”. A abrangência que vai além da nomenclatura, troca um sentido anterior que considerava patrimônio cultural “o conjunto de bens móveis e imóveis”, por esses “bens culturais de natureza material e imaterial” (IPHAN, 2022) e traz novas formas de se enxergar o patrimônio a ser tombado.

Quanto à classificação do tombamento, segundo o Decreto-lei nº 25/37, em seus 5º e 7º artigos, o artifício pode ser requerido como de ofício, voluntário e compulsório. O tombamento de ofício é aquele destinado aos bens públicos, processando-se mediante ofício enviado à entidade responsável pelo bem, ou também sob a quem a guarda estiver tombada, para fim de produzir os efeitos necessários. Dessa forma, o patrimônio classificado como ofício pode ser pertencente à União, ao Estado ou ao Município. O tombamento voluntário, ocorre de duas formas: partindo da vontade do proprietário dada relevância de seu bem e reconhecimento do órgão competente ou a partir do consentimento do proprietário através da notificação do órgão competente. Por fim, o tombamento compulsório será acionado sempre que o proprietário do bem se recusar a consentir a notificação do tombamento.

Falando ainda do Patrimônio Cultural de Brasil, a divisão entre Patrimônio Cultural Material e Imaterial de que falam Funari e Pelegrini, pode ser vista de maneira mais detalhada na Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, Art. 216)

Percebe-se que a consciência a respeito dos patrimônios culturais, muito pela escassez das discussões, pesquisas e abordagens mais profundas a respeito da concepção foram tardias, fazendo somente em 1988, na esfera federal essa mudança de maneira institucional e legal. A mudança que reflete na modificação do conceito na Constituição Federal, começa a ser sentida a partir da década de 1980, quando o tema patrimonial começou a fazer ainda mais parte da agenda dos movimentos sociais, sobressaindo-se do campo do Estado e daqueles representantes dos órgãos de preservação. Dali em diante, o Patrimônio passa de maneira mais forte a ser uma ferramenta de luta e reconhecimento.

Além do IPHAN, órgão federal e principal instituição de tombamento no país, surgem também no âmbito do recorte deste trabalho, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) criado a partir do decreto Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969 e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) que surge através do Decreto Nº 35879 de 05 de Julho de 2012, passando, portanto, a exercerem políticas de patrimonialização e preservação, respectivamente, no Estado e no Município do Rio de Janeiro e, portanto, também no território da Pequena África.

### **2.3 O território**

Nesta parte do trabalho, o objetivo é apresentar e contextualizar algumas das formas que o território é visto e analisado por alguns dos autores que estudam o tema, sendo esse mais um conceito encarado por muitos autores como abstrato e complexo. Essa análise, parte do princípio que o território é construído a partir do espaço e que, portanto, ao analisarmos o território teremos que de certa forma comentar a respeito das relações de poder existentes dentro de um “território usado”, categorização que segundo Santos (2012b) é de suma importância para a operacionalização daquilo que chama “espaço geográfico”.

Santos (2012b), afirma que o retorno das discussões a respeito do conceito, adiciona essa compreensão a partir do uso do território, e não de si próprio, permitindo que o mesmo seja objeto de análise social, demonstrando assim que, é, portanto, um “território usado”. Esse território através da verbalização do termo “usar”, a partir da sua hibridez se transforma e se constrói ao longo da história. Assim, ao falarmos de “território usado”, pensamos na palavra ação, a partir dos acontecimentos, ou seja, este território usado surge na construção do espaço por parte dos indivíduos, sendo totalmente intrínsecos.

Nessa linha da ação por partes dos indivíduos nos espaços, Raffestin (1993) a partir da concepção de Lefebvre, converge com a ideia de Santos (2012b) quando afirma que:

Ao apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferros, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, etc (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Deste modo, tanto na teoria de Santos (2012b) quanto na visão de Raffestin (1993) busca-se uma formulação de um território construído no espaço, sendo uma consequência das movimentações dos atores pertencentes a qualquer nível na sociedade. No entanto, Raffestin, segundo Haesbaert (2009) se equivoca afirmando que “Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território”, desassociando, portanto, a relação existente entre os dois conceitos dizendo que o “território se apoia no espaço, mas não é o espaço”. Haesbaert, portanto, conclui que, na verdade, Lefebvre (2006) traz a ideia de um espaço socialmente construído, mas não algo primário ou o que chama “primeira natureza”.

A partir da produção social a qual fala Lefebvre (2006), o território mobilizado e transformado ao longo da história pelos atores sociais, passa então também a ser um objeto de grandes disputas. A respeito dessas disputas, Santos (et. al, 2000) afirma ainda que o chamado território usado é “tanto resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas.” Com isso, o autor possibilita uma maior compreensão dos efeitos “socioterritoriais” na construção desses espaços, considerando também o território como um “complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”.

Esses conflitos no território são marcados através das relações de poder. Segundo Raffestin (1993) é necessário na abordagem dos territórios categorizar também o poder que as pessoas ou grupos exercem e que sem esse poder em sobreposição, um território não pode ser definido. Na esteira dessa relação, o poder anda lado a lado também com a conceituação de território, relacional e pertencente aos interesses pessoais. Essa ideia é confirmada por Saquet (2004) quando afirma que,

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gerenciamento do Estado-Nação. (SAQUET apud CANDIOTTO, 2004, p. 81)

Esse território pode ter diferentes perspectivas, sendo elas basicamente divididas em jurídico-política, culturalista e econômica. Na perspectiva jurídico-política o território a partir do controle pode delimitado por quem exerce o poder na sociedade, sendo inclusive, o poder estatal um grande exemplo dessa força exercida nas dimensões territoriais. Já na perspectiva culturalista, o que é considerado na classificação é valorização do simbolismo, o território construído a partir do imaginário social e identitário. Na última perspectiva, a econômica, o território é visto como uma espécie de produto utilizado nos entraves entre as relações de trabalho e as classes sociais. (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004, p.18).

Essa linha de pensamento é confirmada por Haesbaert (2011) quando afirma que esse mesmo território classificado e concebido nas perspectivas jurídico-políticas, culturalista e econômica, têm sua ocupação ligada a encadeamentos gerados a partir das espacialidades e relações de poder no espaço. A teoria do autor de que um território é construído a partir das diversas interações sociais e relações de poder existentes, casa-se com os outros autores citados até aqui, mesmo com abordagens diferentes a respeito do tema.

Ao se falar do conceito de território, é importante também falarmos sobre a sua relação com as territorialidades. A partir do campo de análise do “território usado” de Santos (2012b) podemos entender ainda, segundo o mesmo autor, que a territorialidade é:

[...] geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer aquilo que nos pertence...esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência do Estado. Assim essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 19)

Conforme configura Little (2002) essa territorialidade pode também ser entendida como um esforço coletivo que nasce de um agrupamento social. Esse esforço, conforme sugere o autor, surge com a missão de expandir, utilizar, controlar e também se identificar com uma determinada fração do espaço material, transformando esse recorte em um território. Dessa forma, consoante o posicionamento desses autores, chega-se à conclusão que um território tem o seu surgimento atrelado a ações do homem. Portanto, confirma-se que o "território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social e implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos" Casimir (1992 apud. Little, 2002, p. 253-254).

Tais conceitos defendidos até aqui neste subcapítulo tornam-se importantes para chegarmos na construção da Pequena África como território negro. Se o território como vimos anteriormente pode ser interpretado naquilo que vimos a partir de Santos (2012b) como um "território usado", ou seja, um território em constante ação ao longo da hibridez e construção através do papel ativo dos atores sociais nele inserido, podemos dizer também que é através da mobilização desses atores e do esforço coletivo, como vimos em Little (2002), que acontecem as territorialidades. Portanto, é neste mesmo segmento, que chegamos as territorializações negras, que segundo Santos (2022) está vinculada ações das agências negras, no caso da região central do Rio de Janeiro, através da "apropriação, disputa de carga simbólica, ressignificação do(s) passados(s) do lugar e das populações negras" (SANTOS, 2022, p. 217). Dessa forma, podemos compreender que essas ações no espaço, atuando de maneira interligada, são importantes práticas na construção desse imaginário de Pequena África, onde as urbanidades negras (SANTOS, 2022, p. 224) e seus repertórios de ação (SANTOS, 2019) tornam-se peças fundamentais na construção da memória, da identidade do passado e do presente.

Na linha acima, citamos então Bourdieu (1989), autor que se insere no debate analisando como a identidade de uma sociedade ou grupo pode ser fundada através

de uma simbologia e dos signos em uma determinada leitura espacial. O autor reforça através dessas construções identitárias, que em um determinado território político, surgem disputas de poder causadoras de inúmeras tensões e convulsões sociais, tendo esses símbolos e signos, papel determinante para classificação do território. A partir disso, caminhamos para entender a importância da análise de conceitos de memória e identidade, pois ambos são peças intrínsecas ao patrimônio, sendo este elemento, inserido nos territórios e sendo utilizado como ferramenta das disputas de poder, demonstrando, portanto, como todos esses conceitos estão interligados.

Assim, é através do resgate e da construção da memória e da identidade, que através dos repertórios de ação (sendo a patrimonialização e a musealização alguns desses repertórios) que o Movimento Negro juntamente a outros atores sociais, vem de forma crescente reforçando a ideia de Pequena África, um território negro contracenando com um Centro da Cidade de diversas transformações urbanas, tentativas de apagamentos dessa história negra, tensões e conflitos, como veremos a seguir.

### **3 PEQUENA ÁFRICA E AS DISPUTAS DE TERRITÓRIO**

Afinal o que é a Pequena África e o que representa tal região? Este capítulo será o responsável por contar um pouco da história deste lugar, fazendo um resgate das principais práticas culturais e o histórico deste território negro, situado no Centro do Rio de Janeiro. É a partir desse histórico também que juntamente ao desenvolvimento cultural e práticas de herança africana e afro-brasileira no lugar, que serão consideradas e apresentadas as ações do Estado e suas políticas intervencionistas desde o século XIX na região. Demonstraremos, portanto, que nesse território, alvo de diversas disputas, é travado há um longo tempo um embate, onde de um lado temos os agentes hegemônicos e do outro os atores subalternizados, majoritariamente composto pela população negra. Nesse sentido, o capítulo se encaminhará em sua parte final a explicar aquilo que está intrinsecamente inserido em meio a esse contexto histórico. Para isso, abordaremos o conceito de branqueamento de território (SANTOS et al., 2017) e suas dimensões, nos direcionando a entender como esse conceito pode impactar os patrimônios culturais.

#### **3.1 A Pequena África**

A “Pequena África” é a alcunha dada pelo pintor, cantor e compositor Heitor dos Prazeres (1898-1966), nas primeiras décadas do século XX para um recorte da região central da Cidade do Rio de Janeiro. A referência feita ao continente africano para o território situado no centro da cidade, surge a partir do histórico e presença majoritariamente negra na região, região essa marcada pelo desembarque de negros escravizados, posteriormente alforriados e que vieram ao longo da sua permanência, dinamizando práticas, costumes e culturas africanas e afro-brasileiras neste lugar. As dimensões deste território ainda hoje são muito discutidas, mas muito se fala que essa Pequena África, a qual se referia Heitor dos Prazeres, estaria compreendida entre a Zona Portuária, local da antiga “Região do Valongo”, onde atualmente se encontram os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, além também de locais hoje muito frequentados turisticamente como a Pedra do Sal e o Largo São Francisco da Prainha, passando também por Campo de Santana e o Morro da Providência, até chegar a antiga Praça Onze.

As práticas culturais negras socializadas nesta Pequena África, não somente a época da alcunha dada por Heitor dos Prazeres, mas anteriormente a essa denominação, foram cada vez mais difundidas e organizadas na região. No início do século XX a Cidade Nova e Praça Onze, por exemplo, passaram a ser verdadeiros redutos da música e músicos, criando-se grandes apreciadores e precursores de ritmos abrazeirados como o maxixe e o samba, como cita Roberto Moura:

E o maxixe? e o samba amaxixado? produtos do meio da Cidade Nova que Jota Efegê estudou profundamente em um livro inteiro, que Duque fez internacional, nasceu das misturas sucessivas de gosto, ritmo, coreografia e sensualidade da baixa classe média que ocupava a Cidade Nova e a Praça Onze. Nasceu nos muitos clubes dançantes musicais de lá, e foi consagrado por Sinhô, por João da Baiana, por Aurélio Cavalcanti, por Manuel Luiz de Santa Cecília, que era de Paquetá mas assimilou o ritmo. Duque, Gaby, Mário Fontes, Asdrubal Burlamaqui, Pedro Dias, Bugrinha, Jaime Ferreira, são os resultados consagradores daquela mesclagem de sons negros e mulatos que se tocavam nos clubes de “mil e cem” da Cidade Nova [...] (DUARTE apud MOURA, 1995, p. 112).

Este mesmo samba partindo do maxixe, seria festejado e tocado entre um batuque e outro de candomblé nas casas das chamadas tias baianas, personalidades que segundo Moura (1995) eram grandes auxiliadoras que figuravam na comunidade negra da Pequena África. Essas tias eram um retrato da nova faceta de uma geração que habitava a região e prestava enorme contribuição ao povo através de suas ligações e resgastes ancestrais com as religiosidades, a música, a culinária, a cultura negra em espaços de sociabilidades voltados a toda população. Tias como Bebiana, Carmen, Perciliana, Ciata, que eram filhas de santo, juntamente a religiosos e seus barracões como o “Candomblé de João Alabá” e também o Terreiro Ilê Axé Opô, segundo Santos (2022) não só eram consideradas importantes lideranças religiosas, mas também foram personalidades de suma importância para a construção das “resistências sociais” da região através de suas urbanidades.

A partir do século XX, essas resistências e interações se fortalecem entre essas personalidades e a sociedade que ali transitavam no território da Pequena África. Assim, as ações por parte dos atores sociais negros foram se consolidando e materializando-se em movimentos nos espaços de luta e no enfrentamento às

políticas hegemônicas, que ao longo da história foram sendo instauradas neste lugar de memória (NORA, 1993, p. 13). Essa lógica hegemônica, é resultado daquilo que Moura (1988) alerta ser a “manutenção dos mecanismos de dominação e opressão” da estrutura escravocrata, que mesmo após a assinatura da abolição em 1888, permanece no seio da nação de maneira intrínseca. Para o autor, é esse racismo estrutural e também aperfeiçoado que constitui, através do novo capitalismo, um reforço aos privilégios dos grupos brancos. É nesse contexto que as perspectivas e lutas do povo negro nas inquietações, tensões e conflitos, presentes na Pequena África, rompem ainda mais com a lógica de imposição da branquitude e suas respectivas ações/políticas de favorecimento ao branqueamento na população. Essa lógica hegemônica pode ser vista se implementando durante a formação da cidade e suas transformações.

### **3.2 Do Cais ao Porto Maravilha**

Entre as diversas transformações ocorridas na região central do Rio de Janeiro, destaca-se neste trabalho intervenções no século XIX, reformas ocorridas nas primeiras décadas do século XX e as obras de revitalização do Projeto Porto Maravilha. Entre os anos 1902 a 1906, ocorreu na cidade a reforma Passos. Esta reforma, se pautando em grandes capitais europeias, surgiu com um discurso de trazer para então capital do Brasil uma modernização, sendo essa intervenção uma ação feita de maneira coletiva entre o governo federal e municipal, que trabalhando juntos em prol da remodelação da Cidade, visando uma mudança da região, tentaria remover os resquícios existentes de uma região que ainda tinha um perfil de uma cidade colonial.

Pereira Passos, então prefeito do Rio de Janeiro, seguindo a lógica francesa do governante de Paris do século XIX George Eugène Haussman, de quem era grande admirador (Azevedo, 2016), se junta ao presidente do Brasil, Rodrigues Alves, para implementar uma transformação na região central da cidade. Essas obras não seriam criadas somente para o sentido arquitetônico, mas também visariam resultados na esfera econômica, com obras para o acesso e escoamento de todas as entradas e saídas da cidade, prática que era tendência também na Europa. Assim, o Rio de Janeiro a partir dessa ideia, buscava se organizar estruturalmente às novas regras de

produção e organização capitalistas, visando se transformar na “Paris dos Trópicos”. No entanto, segundo Benchimol (1992) a abertura das grandes avenidas na cidade, tinham também consigo uma lógica higienista: alargar as ruas para melhorar o aproveitamento das correntes de ar e sol na cidade. Essa prática, para ser implementada precisaria destruir e remover as habitações dos cidadãos que já moravam ou passaram a residir de maneira recente na região central da cidade. Benchimol (1985) a respeito do planejamento traçado sobre a região, aponta que essa intervenção tinha um propósito claro:

[...] O Plano de melhoramentos atingiu áreas cuidadosamente selecionadas no Centro, desarticulando uma trama de relações econômicas e sociais, cuja permanência ali se tornara incompatível com a cidade requerida pelo grande capital e com a Capital requerida pelo Estado republicando. (BENCHIMOL, 1985, p.604)

A respeito disso, Azevedo (2016) demonstra em suas linhas, que a concepção da reforma do Rio de Janeiro, baseada no modelo de urbanização Haussmaniano, era pautada em uma lógica de dominação. Partindo-se, portanto, da abertura das ruas, a consequente derrubada das construções populares, dos becos, nas vielas e das praças, a ação pública transvestia-se do discurso pautado, dentro de uma integração conciliadora, onde palavras como revitalização, inovação, transformação, renovação, entre outras, eram formas de mascarar as ações e direcionar o foco para as populações mais fragilizadas.

No Centro da Cidade, a região portuária do Rio de Janeiro foi uma dessas áreas amplamente modificadas por essas intervenções urbanas desde o final da primeira metade do século XIX. O Cais do Valongo, um dos grandes vestígios materiais da vinda dos africanos escravizados para o Brasil, foi uma área utilizada pelo tráfico transatlântico entre os anos de 1769 a 1831 e passou a época, novamente, por remodelações no seu entorno. Passou novamente porque o mesmo lugar anteriormente, mais precisamente em 1842, teve em seu registro obras de modificação de si, sendo uma das motivações o recebimento da Imperatriz Tereza Cristina, na época ainda futura esposa de Pedro II e teria em 1843 o seu nome batizado ao Cais do Valongo, com o mesmo passando a ser chamado de “Cais da Imperatriz”. Portanto, o Cais do Valongo, lugar de memória da escravidão, teve mais uma vez a sua história desprezada, ficando abaixo do Cais da Imperatriz e de um novo aterramento ocorrido na zona central nas obras de Pereira Passos no início do século

XX. Essa tentativa de apagar a história negra ocorrida ali gera também impactos na população ao entorno do Cais, pois a região do Valongo que teve boa parte do seu território ocupado por africanos e descendentes de africanos, tanto no período escravagista nas ruas, nos hospitais dos escravos (lazaretos), nos armazéns, quanto em seguida, após a abolição e adensamento dos negros na região em suas dinâmicas de viver a cidade, passa nessas duas ocasiões a perder um símbolo de resgate de uma memória sensível e de amplo significado para esses cidadãos.

Após alguns anos do início do período republicano no país, o Rio de Janeiro, passando a ser a capital brasileira, inicia nesta nova fase do país um projeto contra os cortiços, tendo em vista que esse tipo de habitação vista pelas autoridades progressistas como um problema, devido sua insalubridade presente nos locais somando-se a superlotação, ferindo a visão à francesa que a cidade queria mostrar. É a partir disso, que em 26 de janeiro de 1893 ocorre a demolição do cortiço situado na Rua São Félix, 154, conhecido popularmente como “Cabeça de Porco”, local que segundo Chalhoub (2017) em tempos efervescentes chegou a ter por volta de 4 mil moradores.

Já no ano de 1942, Herivelto Martins e Grande Otelo gravaram um lamento em samba intitulado “Praça Onze” e presumiam em seus versos que mais uma intervenção iria acabar com o lugar considerado um reduto do samba no Centro do Rio de Janeiro. A intervenção, que os compositores da canção temiam acabar com a Praça Onze, foram as obras de abertura da Avenida Presidente Vargas, projeto ambicioso da gestão de Henrique Dodsworth, então interventor do Distrito Federal (na época, Rio de Janeiro). Neste período inserido no “Estado Novo” a obra que teve seu início em 1938 foi posteriormente inaugurada no dia 7 de setembro de 1944, ligando a zona norte do Rio de Janeiro até o Centro da Cidade, removendo diversos cortiços, casebres e outros tipos de moradias populares na época, além de parte do local da boemia e dos carnavais cariocas citado na canção.

Neste mesmo Centro do Rio onde ocorreram as intervenções citadas acima, anos à frente, as atenções passaram a se voltar para as obras do Porto Maravilha, uma operação urbana consorciada, de parceria público-privada que compunha um discurso de revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, antes uma região considerada degradada e abandonada pelo poder público. Essas obras visavam a revitalização da área considerando os megaeventos que estavam por vir na cidade, como a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo FIFA (2014) e as

Olimpíadas (2016) e sua concepção foram inspiradas em projetos urbanísticos de cidades como Buenos Aires e, especialmente, Barcelona. Esse projeto de revitalização, apesar de ter sido vivenciado no século XXI, continha enorme identificação com a estratégia implementada pela prefeitura do Rio de Janeiro no início do século XX. Prova disso, é que o próprio Eduardo Paes, então prefeito da Cidade em 2012, em seu discurso sobre as obras que já estavam sendo executadas, comenta em um episódio ao lado de um ator caracterizado de Pereira Passos:

[...] gostaria de ser lembrado: — Um urbanista à la Pereira Passos com um coração à la Pedro Ernesto (que foi interventor entre 1931 e 1935 e prefeito de 1935 a 1936, lembrado por grandes feitos na saúde e na educação). Sob o ponto de vista da modernização da cidade, de grandes intervenções que possam melhorar e recuperar o Rio, acho que tem muita coisa acontecendo como aconteceu no governo Passos. (PAES..., 2012)

A referida declaração do prefeito do Rio de Janeiro, naquela época, demonstra os caminhos seguidos pelas obras de urbanização do Porto. Ressalta-se, portanto, que mesmo as transformações na cidade ocorridas em épocas e “Rios de Janeiros” diferentes, se conectam a partir da lógica criada através do discurso dos prefeitos de ambas as épocas, associando-se, portanto, a partir de ideias que contemplavam palavras como “revitalização” e “renovação”, assegurando assim nas medidas da prefeitura de Paes uma manutenção das tradições em um discurso de resgate da memória das reformas de Pereira Passos. Nessa linha, após mais de 100 anos do Bota-abixo de Passos, as obras do Porto Maravilha surgiram visando transformar novamente a cidade, modificando a dinâmica e o perfil dos moradores que viviam ao entorno do Porto e implementando diversas obras como:

[...] Revitalização da Praça Mauá, com construção do Túnel Binário, e urbanização do Píer Mauá; reurbanização do Morro da Conceição e do bairro da Saúde; calçamento, iluminação pública, drenagem e arborização de eixos viários; implantação do trecho inicial do Binário do Porto; renovação da Igreja do Lgo. de São Francisco da Prainha, erguida em 1696, e do edifício ‘A noite’, construído nos anos 1930; demolição de 4 km do viaduto da perimetral, sobre a Av. Rodrigues Alves; implantação da Pinacoteca do Rio (renomeado Museu de Arte do Rio, o MAR), do Museu do Amanhã, do Museu Olímpico, do Aquário AquaRio, do Centro de Moda e Design, do novo prédio do Banco Central do Brasil e da nova Câmara Municipal (CORREIA, 2013, p. 37).

É no ano de 2011, a partir dessas obras ocorridas na região portuária, que após escavações o Cais do Valongo é “redescoberto” abaixo do Cais da Imperatriz. Esse reencontro do Cais do Valongo freou no local de memória as obras que ali ocorreriam,

ressaltando, portanto, a importância do lugar e sua significância para a região, trazendo não somente para o Cais, mas para o seu entorno, movimentos sociais, pesquisadores de diversas áreas de atuação, a população organizada por grupos e coletivos locais. Esse mesmo Cais posteriormente em 2017 seria reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O redescobrimento do Cais do Valongo a partir das escavações do Projeto Porto Maravilha seria apenas mais um acontecimento para concretizar um movimento de resignificação, luta e reconhecimento da Pequena África (SANTOS, et al., 2017, p. 485). Essa resignificação também é resultado de acontecimentos como as reformas ocorridas no início do século XX, passando pelas lutas dos grupos religiosos, como o Afoxé Filhos de Gandhi em meados do século XX, as resistências do Grupo Quilombo da Pedra do Sal e o redescobrimento do Cemitério dos Pretos Novos em 1996. Essas e outras resistências articuladas, se mobilizam frente às ações, que como vimos, o Estado e suas diversificadas formas de implementação de políticas de branqueamento vem experimentando neste território da Pequena África. Essas reativas lutas simbólicas pela atribuição de significados a pontos ou recortes espaciais na Pequena África, doravante, serão tratadas pelo termo de “disputas de lugar”. Já as experiências dos grupos não brancos frente a formação dos territórios e as intervenções hegemônicas, como vimos nos episódios trazidos neste trabalho, chamaremos de “branqueamento de território”. Ambos os conceitos são de suma importância para se compreender como a partir das resistências, esses atores subalternizados criam ferramentas de luta social contra o racismo no território da Pequena África, a exemplo, os patrimônios materiais, objeto de análise deste trabalho.

### **3.3 O branqueamento de território e as disputas de lugar**

As diversas intervenções e transformações na cidade, mais precisamente ocorridas na Pequena África de Heitor dos Prazeres, podem ser entendidas a partir de um conceito de Santos (2009) chamado de "branqueamento do território". O branqueamento do território segundo essa concepção é estruturado a partir da lógica do projeto de construção de uma população branca, ideia presente na sociedade brasileira (mais precisamente nas elites) entre os séculos XIX e XX. Essa lógica do

branqueamento, buscou instaurar na população através de políticas impostas durante esses séculos, ações de extermínio e perseguição às culturas, história e cidadãos pertencentes aos grupos não-brancos que compunham a sociedade (SANTOS et al., 2017, p. 470).

Santos, buscando mostrar como a lógica racista pode se apresentar em diversas formas, apresenta o branqueamento do território em três dimensões (ou formas a serem implementadas pelos agentes hegemônicos): A primeira denominada "branqueamento de ocupação", está vinculada a ação pautada na substituição dos grupos não-brancos via extermínio, expulsão e também aquilo que o autor chama de "incorporação subalternizante" imposta pelas elites sendo assim, uma "biopolítica de violências, condições sociais desiguais e sempre depauperadas na comparação com os brancos ou mesmo do genocídio". A segunda forma a qual o branqueamento territorial pode se mostrar em um determinado local é a de "branqueamento da imagem do território", que nasce a partir da valorização de narrativas dos grupos brancos, impactando na identidade dos grupos subalternizados com a sua presença desconsiderada no passado e no presente. Por fim, como última classificação do branqueamento de território, temos o "branqueamento cultural do território", essa intervenção é acionada quando os agentes hegemônicos buscam através da imposição de matrizes, signos e símbolos eurocêntricos, hierarquicamente colocar em um diferente patamar suas culturas em detrimento das culturas dos grupos não brancos.

O branqueamento na leitura de Santos (2017) aparece como "diretriz biopolítica racial hegemônica". Portanto, o conceito constitui-se como uma materialização dessa matriz racial hegemônica de poder no território e suas territorialidades, através dos diversos dispositivos e políticas de afronta às populações, como nas remoções e nos deslocamentos desses atores pertencentes aos grupos não brancos. Assim, controlando, representando e produzindo essas imposições, esses agentes hegemônicos atuam frente não somente as materialidades, mas também na cultura e formas de agir dos indivíduos. (SANTOS et al., 2017, p.470). Construindo-se a partir da lógica atores subalternizados, visa entender também, como vem ocorrendo, nas dimensões espaciais o racismo e suas diversas formas de atuação. Além disso, analisa como se desenvolve o sistema de dominação na formação do território brasileiro, isso a partir dessa ótica dos grupos não-brancos. Portanto, o conceito de branqueamento de território quebra o paradigma de construção das análises

socioespaciais que são a maioria e coloca como importante a visão daqueles que são os alvos das ações do Estado no território.

Constatamos nas breves passagens sobre alguns marcos históricos das transformações ocorridas na região da Pequena África, que as mudanças urbanísticas nos diversos episódios ocorridos no recorte impactaram de maneira abrangente as populações mais vulneráveis que estavam nos roteiros de intervenções. Dessa forma, confirma-se que as remoções foram objetos de pauta marcantes nos discursos dos governantes que buscavam a remodelação do Centro do Rio e sua Região Portuária e o branqueamento de território, seguindo essas características das intervenções do Estado e suas políticas de "dar nova cara" para os locais, foi e é peça constante nesses processos urbanos, se consolidando uma lógica de combate aos grupos não brancos, e no caso do Centro do Rio, a grande população que ali se desenvolveu a partir da Pequena África.

Nesse sentido, as obras de remodelação do Cais do Valongo, as reformas no Centro do Rio de Janeiro no início do século XX e as obras do Projeto do Porto Maravilha, respectivamente segundo Santos (2017) são encaradas como exemplos das três formas que o Branqueamento de Território pode agir. No caso do Cais do Valongo, desde as obras no século XIX para o recebimento da Imperatriz Tereza Cristina, o local pode ser identificado como um lugar de branqueamento da imagem do território, o que Santos considera como "uma tentativa de imposição de outra significação" para um lugar que representa o local de chegada de milhares ou até milhões de africanos sequestrados e escravizados. Já no que tange os anos de 1902 a 1906, podemos encarar a intervenção em parceria do governo municipal e federal nas remoções e tentativas de remodelagem do Centro da Cidade, como obras de perspectiva de reconstrução de um lugar cumprindo um objetivo de branquear a população, daí, portanto, um branqueamento de ocupação. No Projeto Porto Maravilha, o fenômeno ocorre através da noção de branqueamento cultural do território, resultado das ações do Estado visando os megas eventos na Cidade, com as remoções e desapropriações dos equipamentos do passado da Pequena África como armazéns e galpões, que passaram naquele presente da área portuária a serem espaços de construção e promoção da cultura negra por meio das atividades dessas agremiações como lugar de oficinas, de confecção de fantasias e alegorias, desenvolvimento infantil por meio das escolas mirins, entre outros. (SANTOS et al., 2017, p. 475) Portanto, todos esses pontos marcantes na região portuária do Rio de

Janeiro são comuns ao entendimento do conceito de branqueamento de território, isso porque as narrativas que envolvem esses acontecimentos podem ser interpretadas e associadas, segundo Moura (1988) a uma ideia de construção de um projeto de branqueamento da população brasileira.

A referida imposição via construção desse projeto nacional do branqueamento, em um determinado território, pode ser implementada e também compreendida a partir dos mecanismos de controle impostos pelas políticas implementadas nos lugares. Aqui, reapresentada a noção de construção das “Comunidades Imaginadas” de Anderson (2008), classifica Censo, Mapa e Museu como três instituições (ou, ferramentas) de poder que interligadas são mobilizadas nas construções identitárias dos Estados de formação coloniais – E que por isso, são objeto de disputa pelos grupos que compõem as nações. Para o autor, o Censo e a falsa ideia de um território único e igual para a todos, o Mapa transformando lugares em pontos dentro de uma relação plana e puramente matemática de poder e, por fim, o “Museu” criando a partir da imagem uma memória para a população, tornam-se na lógica e pensamento colonial e conseqüentemente pós-colonial, peças de controle do maquinário Estatal. Com o poder da identificação e conseqüentemente a diferença (Woodward, 2014) em mãos, esse Estado pode definir aquilo que é ou não é, de maneira totalmente ideológica nos preceitos e viés aos quais defende (ANDERSON, 2008, p. 222-253).

Assim, compreende-se que o Museu (aqui interpretado como os lugares de memória em disputas), como uma das ferramentas de controle e de institucionalização de poder trazidas por Anderson (2008), é trabalhado em diversas ocasiões na história como material de imposição e legitimação das hegemonias. A partir dessas construções de memórias e criações de identidades pautadas nas raízes eurocêntricas, a Pequena África de antes, durante e após Heitor dos Prazeres, viu, como presenciado neste trabalho, ao longo de sua existência o Estado intervindo, criando tensões e conflitos sociais na região. Essas tensões são alimentadas como vimos em meio ao acúmulo das sucessivas tentativas de apagamentos ocorridas historicamente na Pequena África, tentativas de apagamentos não somente sobre a cultura e herança africana e afro-brasileira, mas também a outras que não as hegemônicas. Essas imposições aconteciam em diversos ângulos a base do racismo enraizado na sociedade brasileira e conseqüentemente em suas políticas de transformação e construção da cidade, como visto anteriormente.

Essas transformações nas regiões central e portuária do Rio de Janeiro, portanto, impactaram nos símbolos tangíveis da representação do passado da população negra (memórias da escravidão), mas também no espaço presente das práticas e culturas africanas e afro-brasileiras, construído por aqueles que hoje habitam e constroem o espaço, gerando fazendo desses lugares de memória de que fala Nora (1993) em verdadeiras “Disputas de Lugar”. Tais disputas são sinônimos das lutas pela significação (ou ressignificação) da história, fazendo a partir desses elementos constitutivos de memória e carga simbólica, repertórios de ação de combate ao branqueamento de território. (SANTOS et al., 2017).

Podemos observar na Pequena África, o discurso do patrimônio/patrimonialização ganhando força como repertório de luta a partir do tombamento em 1987 da Pedra do Sal pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. O Movimento negro e outros atores sociais abertos a causa e inseridos na região, passam a reivindicar e se mobilizar na luta antirracista. Com essa ferramenta de ação, busca-se cada vez mais a valorização, preservação e reconhecimento da história negra do passado, mas também a valorização, preservação e reconhecimento do presente das pessoas que mantêm a identidade cultural negra da Pequena África, resistindo e ressignificando esses lugares.

## **4 METODOLOGIA DE PESQUISA**

Neste capítulo do trabalho, apresenta-se a metodologia de pesquisa e seus procedimentos metodológicos, visando assim demonstrar as estratégias do percurso científico necessárias para a realização da investigação dos patrimônios vinculados à cultura e identidade negra e afro-brasileira, e tombados no recorte da Pequena África, no Rio de Janeiro. Para isso, aqui traremos a classificação quanto o tipo de pesquisa, a proposta de abordagem a ser trabalhada, o objetivo ao qual este estudo quer alcançar, além também, da apresentação de procedimentos como coleta de dados, levantamento de dados, tabelas e também mapeamentos das informações adquiridas e relevantes para análise no trabalho.

É a partir dessa construção de metodologia e análise das informações adquiridas nessa arguição, que poderemos compreender como se encontra o cenário da categoria tombamento no que tange a preservação dos patrimônios culturais negros na Pequena África, mostrando, portanto, os seus pontos e contrapontos dentro de um território de disputas e constantes intervenções urbanísticas. E também, nessa perspectiva encaminhar-se para responder a principal questão a ser tratada neste trabalho: É possível falar de um processo de branqueamento cultural e da imagem do território (SANTOS et al., 2017), na política de patrimonialização dos bens tombados na Pequena África? Assim, portanto, nos encaminharemos doravante nas linhas abaixo.

### **4.1 Classificação quanto a pesquisa**

Quanto ao objetivo de investigar os patrimônios culturais negros tombados na Região da Pequena África, Rio de Janeiro, o trabalho foi classificado na forma exploratória e também na forma descritiva na linha que defende Gil (2002). A pesquisa exploratória segundo o autor vem com o propósito da construção de uma proximidade com o problema em questão e a partir dessa familiaridade, é que há a construção da hipótese. Ressalta-se aqui em consonância com o trabalho proposto o diálogo principalmente com o levantamento bibliográfico, imprescindível para a compreensão das questões que norteiam o assunto e que favorece uma maior compreensão das premissas abordadas e apresentadas em linhas anteriores. Assim, a pesquisa

exploratória "têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de instituições" (GIL, 2002, p. 41). Já no sentido de pesquisa descritiva, o autor é referido no trabalho principalmente pelo caráter relacional entre as variáveis adquiridas de informações levantadas e observadas a partir da sistemática dos dados que serão posteriormente trazidos.

O trabalho também apresenta a sua abordagem tanto no aspecto qualitativo quanto no aspecto quantitativo, apresentando-se, portanto, como uma pesquisa quali-quantitativa. Este tipo de abordagem nos trabalhos científicos, portanto, "interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)" (KNECHTEL, 2014, p. 106).

Dessa forma, torna-se muito importante para o pesquisador, como no caso deste trabalho, a junção das abordagens para uma interpretação correlacionada entre as informações levantadas e as informações horizontalizadas que podem conversar entre si e fornecerem uma diferente forma de entendimento de determinado evento ou fenômeno. Essa ideia é reforçada por Minayo (2009) quando afirma que a abordagem quantitativa essencialmente é mais abstrata por estar ligada a fenômenos regulares ou recorrentes, por outro lado, a abordagem qualitativa trabalha mais próxima do significado, numa espécie de busca de valor para determinado item a ser analisado.

Através dos sentidos apresentados, a classificação quanto a pesquisa abordada dentro deste trabalho se demonstra, portanto, exploratória através do levantamento bibliográfico que conseqüentemente traz um aprofundamento nos conceitos abordados aqui, conceitos esses como o de identidade, memória, patrimônio, tombamento, território, branqueamento de território, disputas de lugar, entre outros. Além dessa primeira classificação, como vimos, temos também a forma descritiva, que parte da coleta de dados e levantamento das informações relacionadas aos patrimônios tombados no recorte da Pequena África. Além disso, como visto, o trabalho afirma-se como quali-quantitativa e essa denominação parte da interpretação de forma conjunta entre os levantamentos já citados anteriormente e as análises subjetivas dos itens trazidos nas tabelas e mapas gerados.

## 4.2 Levantamento e tabela

O processo de coleta de informações dos tombamentos para posterior levantamento dessas informações se deu por meio da internet. Nessa lógica, foram utilizados os portais oficiais dos três órgãos responsáveis pelo tombamento no Estado do Rio de Janeiro, sendo eles respectivamente na escala federal, estadual e municipal: 1) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo suas informações referentes aos seus tombamentos entre 1937 e 2022 retiradas do site <http://portal.iphan.gov.br/>; 2) Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), onde procuramos analisar seus tombamentos contemplados entre os anos de 1965 a 2022 no site <http://www.inepac.rj.gov.br/>; 3) Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), tendo o levantamento analisado os tombamentos realizados pelo órgão entre os anos 1980 e 2022 no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/irph>.

Nas informações coletadas em ambos os órgãos foi preciso a implementação de filtragem de endereços, para que na futura sistematização dos tombamentos fossem somente selecionados aqueles tombamentos no recorte da Pequena África. A delimitação da Pequena África utilizada como referência para essa seleção dos bens tombados para análise foi o mapa temático da Pequena África, documento contido no artigo de Teixeira (2011) intitulado “O porto ventre do Brasil: um passeio pelas ruínas da Pequena África”. Com a delimitação da Pequena África definida a partir do mapa de referência e os bens patrimonializados já identificados no recorte, foi finalizado o levantamento e qualificação completa dos dados relativos aos bens tombados na Região. Dessa forma, ficaram totalizados 177 bens/conjuntos para análise e verificação de ligação à identidade e cultura africana e afro-brasileira, sendo 31 deles tombados pelo IPHAN, 36 tombados pelo INEPAC e 110 tombados pelo IRPH. O passo seguinte foi a inserção de colunas com informações relevantes para a identificação e análise desses bens tombados. Para isso, em tabela as seguintes colunas foram criadas com as seguintes categorias: nome; endereço; número do processo/decreto/lei; ano de tombamento; sobreposição; categoria de tombamento; outras legislações; ligação a memória negra; relevância negra no tombamento; e outras informações. O questionamento trazido a respeito da categoria “bem ligado a memória negra” tornou-se elemento principal na análise quantitativa para a interpretação, portanto, do número de patrimônios tombados na Pequena África e se juntou às outras colunas para uma compreensão mais detalhada dos bens e

posteriormente a utilização de cruzamento dessas informações em análises de outros aspectos desses bens.

### **4.3 Análise dos bens vinculados à cultura negra**

O critério utilizado para a determinação dos bens tombados vinculados à memória, identidade negra e afro-brasileira ligados pelo IPHAN, INEPAC e IRPH, foi pautado em um trabalho que vem sendo construído no eixo de pesquisa no projeto de Iniciação Científica “Pequena África versus Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento de território”. (NEGRAM, 2022) Neste trabalho, vem sendo levantadas as diversas grafagens e referências espaciais que são objetos de disputas da memória e, são constituídas como um vasto referencial da espacialidade e repertório de luta e ação do Movimento Negro (SANTOS, 2019) na Pequena África. A análise, nessa linha, busca dentro dos 177 bens/conjuntos levantados e sistematizados em tabela, relacionar a proximidade desses tombamentos com as pessoas, lugares, eventos e organizações identificadas à cultura negra, mas também suas ramificações e protagonismos como ativismos culturais, espacialização das religiosidades (baobás/terreiros e ritos), espaços de sociabilidade (rodas de samba, agremiações, casas de zungu, casas das tias baianas), estruturas do complexo escravagista, irmandades, personagens, toponímias e também outras organizações como os sindicatos e eventos políticos. Em contrapartida, também foi preciso investigar a partir das informações levantadas, se nos bens relacionados a cultura negra, há a relevância da narrativa atribuída pelos órgãos de tombamento, pois pode acontecer de um bem ser identificado como patrimônio cultural de memória negra, mas ter a importância do tombamento destinada a outras características do bem. A partir dessa análise, será possível compreender dentro das patrimonializações em esfera federal, estadual e municipal, em números a quantidade de bens negros que são tombados a partir das políticas de patrimônio em 1937 no recorte da Pequena África.

### **4.4 Mapeamento**

Essa fase da metodologia consistiu em demonstrar espacialmente, através da geração de alguns mapas, a distribuição dos tombamentos inseridos no recorte da Pequena África. Através do levantamento e sistematização dos 177 bens/conjuntos, citado no subcapítulo anterior, o passo seguinte foi migrar a tabela de informações para a ferramenta My Maps, um serviço gratuito do Google que permite ao usuário criar e personalizar mapas. Através do site, foram localizados todos os endereços dos bens tombados e seus pontos foram marcados automaticamente no mapa, no polígono da Pequena África, baseado como dito anteriormente em artigo de Teixeira (2011), como visto no subcapítulo sobre os levantamentos. Feito o mapeamento dos bens no My Maps, o passo seguinte foi a importação desses dados para o programa QGIS, sendo um software de informação geográfica que permite ao usuário a visualização, edição e análise de dados georreferenciados. A partir do QGIS foi permitido cruzar no sistema as informações relevantes ao trabalho e gerar as análises que serão trazidas nos resultados desta pesquisa, gerando, portanto, mapas e leituras diferentes sobre esses bens patrimonializados na região da Pequena África.

O mapeamento, juntando-se, portanto, ao levantamento dos tombamentos e a análise dos bens vinculados ou não à cultura negra, torna-se mais uma ferramenta para a compreensão do cenário atual dos patrimônios localizados no território da Pequena África, objeto de investigação deste trabalho e que a partir do próximo capítulo terá explicitado e debatido os seus resultados e observações.

## 5 RESULTADOS E OBSERVAÇÕES

Como visto, a ação metodológica deste trabalho consistiu no levantamento das informações dos patrimônios tombados no recorte da Pequena África. A partir da sistematização dos bens e análise minuciosa, considerando os critérios trazidos no subcapítulo 4.3, chegou-se à conclusão que dentre os 177 (cento e setenta e sete) bens/conjuntos de patrimônios tombados (número esse correspondente às patrimonializações dos IPHAN, INEPAC E IRPH), 11 (onze) tombamentos foram considerados ligados a patrimônios da cultura e memória negra. Sendo eles apresentados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Bens tombados na Pequena África ligados à cultura e herança negra

NOME	ENDEREÇO	Nº DO PROCESSO/ DECRETO OU LEI	ANO	CATEGORIA DE TOMBAMENTO	ÓRGÃO
Jardim e Morro do Valongo: conjunto arquitetônico e paisagístico	Jardim suspenso do valongo, centro, rj	99-T-1938	1938	Conjunto Arquitetônico	IPHAN
Passarela do Samba	R. Marquês de Sapucaí - Santo Cristo, Rio de Janeiro - RJ, 20220-007	1550-T-2007	2007	Edificação	IPHAN
Prédio das Antigas Docas Dom Pedro II, incluindo sua Pedra Fundamental e objetos contidos no interior da "Capsula do Tempo"	Av. Barão de Tefé, 75 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20220-460	1661-T-2012	2012	Edificação e Acervo	IPHAN
Pedra do Sal na Rua Argemiro Bulcão, Saúde	Rua Argemiro Bulcão, Saúde	E-18/300.048/83	1987	Patrimônio natural	INEPAC
Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia, na Rua da Alfândega nº 219, Centro	Rua da Alfândega nº 219	E-18/001.539/101	2001	Edificação e Acervo	INEPAC
Centro Cultural José Bonifácio	Rua Pedro Ernesto, 80 - Gamboa	[07/26066/1983] [Lei nº 85 de 20/09/82]	1983	Edificação e Acervo	IRPH
SAGAS - Fundação Manoel Lino Costa	Rua Santo Cristo, 152 - Santo Cristo	[07/020519/1984] [Decreto nº 6.057 de 23/08/86] [Decreto nº 6.598 de 29/04/87] [Decreto nº 14.750 de 25/04/96]	1986	Edificação	IRPH
EDIFICAÇÕES de projeto do arquiteto OSCAR NIEMEYER - Passarela do Samba	Marquês de Sapucaí, s/n	[12/001346/1998] [Lei nº 2.677 de 18/09/98] [Decreto nº 19.005 de 05/10/00]	1998	Edificação	IRPH
Habitação onde residiu o escritor Machado de Assis	Rua dos Andradas, 147 - Centro	[Decreto 29.903 de 26/09/2008]	2008	Edificação	IRPH
Associação Centro Cultural Estudantina	Praça Tiradentes, 79 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20060-070	[DECRETO nº 36116 de 21/08/2012]	2012	Edificação	IRPH
Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, localizado na Praça Jornal do Comércio, Saúde	Praça Jornal do Comércio, Saúde	E-18/001.539/107	2018	Sítio Arqueológico	IRPH

Fonte: IPHAN, INEPAC e IRPH (2022)

Entre os 11 patrimônios levantados e vinculados a cultura e memória negra, podemos subdividi-los em patrimônios culturais sensíveis ligados a violência e/ou a escravidão e patrimônios culturais como símbolos de resistência e criação. Na primeira classificação, portanto temos o Jardim e Morro do Valongo tombado pelo IPHAN em 1938, inserido naquilo que hoje conhecemos como Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, o Jardim e o Morro do Valongo fazendo parte do complexo onde o processo escravagista ocorria, tombado pelo IPHAN como conjunto arquitetônico e paisagístico. O segundo bem enquadrado na primeira classificação é a Fundação Manoel Lino, tombada em 1986 pelo IRPH, sendo, portanto, estrutura do complexo escravagista construído a partir do século XIX. Por fim, fechando a classificação de patrimônio cultural sensível, temos o próprio Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, local de desembarque de milhares de escravizados, tombado pelo IRPH em 2018. Este último patrimônio, é redescoberto através da mobilização e articulação do Movimento Negro, após pressões serem feitas por esse grupo para a preservação de arcabouço arqueológico após o início das obras do VLT (SANTOS, 2022, p. 220).

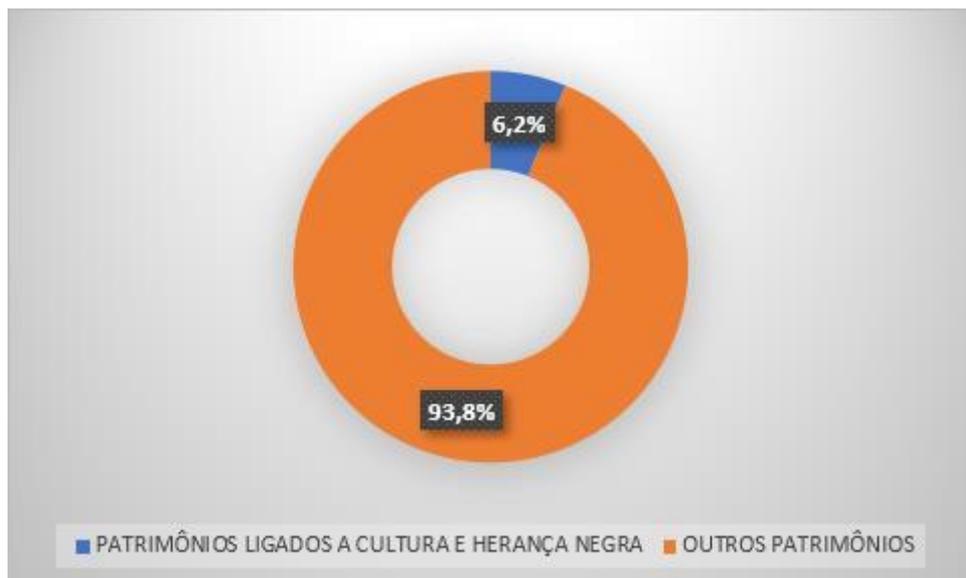
Já no outro sentido da classificação, como lugar de resistência, temos primeiramente a Passarela do samba, tombada em 1998 pelo INEPAC e em 2007 pelo IPHAN, sendo esse espaço reconhecido pelos desfiles ocorridos dentre tantos carnavais do passado, portanto, lugar de memória, mas também lugar de resistência e criação pelos atores sociais que ocupam aquele espaço ensinando práticas culturais e educacionais negras, como, por exemplo, os desfiles das escolas mirins e outros eventos ligados ao samba, como oficinas de percussão e shows musicais. Além do Sambódromo, temos nesse segmento do samba a Pedra do Sal, quilombo urbano considerado um marco da ação do Movimento Negro na busca pelo reconhecimento de patrimônios culturais ligados a herança africana e afro-brasileira. A Pedra do Sal foi tombada em 1987 pelo INEPAC e hoje se apresenta como um ponto de encontro de sambistas e boêmios do Rio de Janeiro. Ainda no ritmo do samba, em nosso levantamento temos Associação Centro Cultural Estudantina, tombada em 2012 pelo IRPH.

No sentido da religiosidade, a Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia, igreja construída por irmandade negra, sinônimo de organização, luta e resistência contra a escravidão, tombada pelo INEPAC em 2001. E por fim temos em nossa listagem, dois patrimônios culturais ligados a personalidades negras correspondendo a esses lugares de resistência e criação: a Habitação onde residiu o escritor Machado de Assis

e o Prédio das Antigas Docas Dom Pedro, planejado pelo engenheiro Antônio Pereira Rebouças Filho. O primeiro patrimônio foi tombado pelo IRPH em 2008, tendo somente a fachada preservada e o resto sendo ruína, já o Prédio das Antigas Docas Dom Pedro, incluindo sua Pedra Fundamental e objetos contidos no interior da “Capsula do Tempo”, têm sua significância por representar uma estrutura criada por um engenheiro negro e sem mão de obra escrava no ano de 1871, sendo, portanto, importante bem na luta antirracista.

Vimos acima a descrição dos bens e suas significâncias como patrimônios negros. No entanto, abaixo, podemos também interpretar graficamente o quanto na totalidade dos patrimônios tombados na Pequena África, esses patrimônios 11 bens culturais representam percentualmente:

Figura 1 - Percentual dos patrimônios negros tombados na Pequena África



Fonte: Elaboração própria (2022)

A primeira impressão que temos é que quantitativamente, haja vista a história enraizada na Pequena África de antes e após seu nome dado por Heitor dos Prazeres, o número de patrimônios tombados e ligados a cultura e herança africana e afro-brasileira é consideravelmente muito inferior em detrimento aos outros bens tombados na região, como as igrejas, os museus, os edifícios, que em sua maioria seguem e reconhecidos por seus padronizados modelos eurocêntricos. Em primeira medida, uma parte desse reflexo pode ser sentido a partir da leitura da primeira leva de patrimônios tombados na região pelo IPHAN em suas primeiras décadas de atuação

no campo da preservação do patrimônio. Foi assim, que diversos bens “a pedra e cal”, como as próprias igrejas em um número elevado, foram tombados se consolidando, inicialmente, nesta política de patrimônio esses e outros signos e símbolos hegemônicos. No entanto, podemos perceber que mesmo após o tombamento da Pedra do Sal pelo INEPAC no ano de 1987, que foi um marco nas patrimonializações dos bens culturais ligados a memória e cultura negra, mobilizando o Movimento Negro no sentido de requerer esses espaços, o cenário no que tange a política de tombamento na Pequena África mesmo assim reconhece poucos outros patrimônios culturais negros desde então.

Além da pouca adesão de tombamentos desses patrimônios negros, por parte do IPHAN, INEPAC e IRPH, foram observadas controvérsias em alguns desses patrimônios ligados a cultura e memória negra. Um dos casos mais emblemáticos é o caso do Sambódromo, situado na Rua Marquês de Sapucaí, no bairro do Santo Cristo. Popularmente conhecido também como a “Passarela do Samba”, o Sambódromo do Rio de Janeiro, é famoso e é palco daquele que é considerado um dos maiores espetáculos da terra: os desfiles das escolas de samba, onde passam pela avenida diversas agremiações do Grupo Especial (LIESA) e também as agremiações componentes do Grupo de Acesso (LIERJ). Vale lembrar que as primeiras escolas de samba surgiram através dos antigos ranchos na Pequena África e que os próprios sambas que embalam essas escolas têm sua origem também na região. No entanto, visto no levantamento, o Sambódromo pelo IPHAN é tombado pela sua relevância arquitetônica, onde sua significância é atrelada e registrada na Ata do 55º Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2007), pela excepcionalidade de Oscar Niemeyer. Este trabalho não tem o interesse de julgar a excepcionalidade ou não do renomado arquiteto, no entanto, busca questionar porque o IPHAN somente deferiu a abertura do processo para o tombamento desse patrimônio após pedido de salvaguarda de das obras de Niemeyer, pedido esse partido pelo próprio arquiteto, como consta no documento de 64 páginas e enviado ao então Ministério da Cultura. Na referida ata, o termo “samba” somente aparece no nome da Passarela, e termos como “cultura negra”, “memória negra”, “movimento negro”, entre outros associados, nem sequer aparecem neste registro como motivação também para a preservação do bem. Tratamento semelhante ocorre também no tombamento do Sambódromo pelo IRPH, tendo inclusive no Guia do Patrimônio Cultural Carioca Bens Tombados a seguinte descrição da Passarela do Samba,

Projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, a Passarela do Samba foi construída para substituir as arquibancadas provisórias que eram montadas a cada carnaval. Inaugurada em 1984, tem em sua arquitetura o arrojo próprio das criações de Niemeyer, conjugada à simplicidade e austeridade dos acabamentos. Fora do período de carnaval, os camarotes funcionam como salas de aula para cerca de 4.000 alunos. Na Praça da Apoteose são promovidos eventos musicais. (FAJARDO, 2014, p. 116)

Mais uma vez nota-se a atenção dada para a questão arquitetônica, sendo em segundo plano trazido outras informações, como, por exemplo, as ações que ocorrem no período pós carnaval, entretanto, a exaltação ao evento em específico e a promoção de uma cultura puramente negra é deixada de lado ao falar do patrimônio. É nessa mesma linha que segue o tombamento do Jardim e Morro do Valongo, conjunto arquitetônico e paisagístico preservado pelo IPHAN desde 1938 e que na época deveria ter sido tombado pela sua importância histórica, sendo aquele lugar um espaço de atividades comerciais e vivência dos africanos escravizados, sendo esse tombado como conjunto arquitetônico.

Vale trazer para o trabalho também, três patrimônios tombados em nosso recorte de análise que potencialmente poderiam ser incluídos na listagem de bens vinculados à cultura negra, mas que por falta de informações em seus processos acabaram por ser interpretados como não vinculados. Esses foram os casos dos cortiços localizados na R. Senador Pompeu, nos números 34, 43 e 51. No levantamento coletivo realizado no projeto de Iniciação Científica “Pequena África versus Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento de território”, essa região da Rua Senador Pompeu é recordada, e constata-se, segundo Moura (1995) lugar no personalidades religiosas como João Alabá, tia Ciata, Amélia, Rosa, entre outras, moravam e frequentavam na região. Sendo assim, o IRPH, órgão responsável por estes três tombamentos poderia considerar tais informações e agregar ao valor dos patrimônios no processo, no entanto, o órgão somente faz referência aos aspectos arquitetônicos e cita as moradias como moradias de baixa de renda.

Seguindo, nossa análise, além do resultado gerado através dos levantamentos, soma-se a esta análise, os mapas gerados através do software QGIS, onde poderemos compreender espacialmente como se dispõe de maneira geral e específica estes tombamentos na Pequena África, como apresentados abaixo:

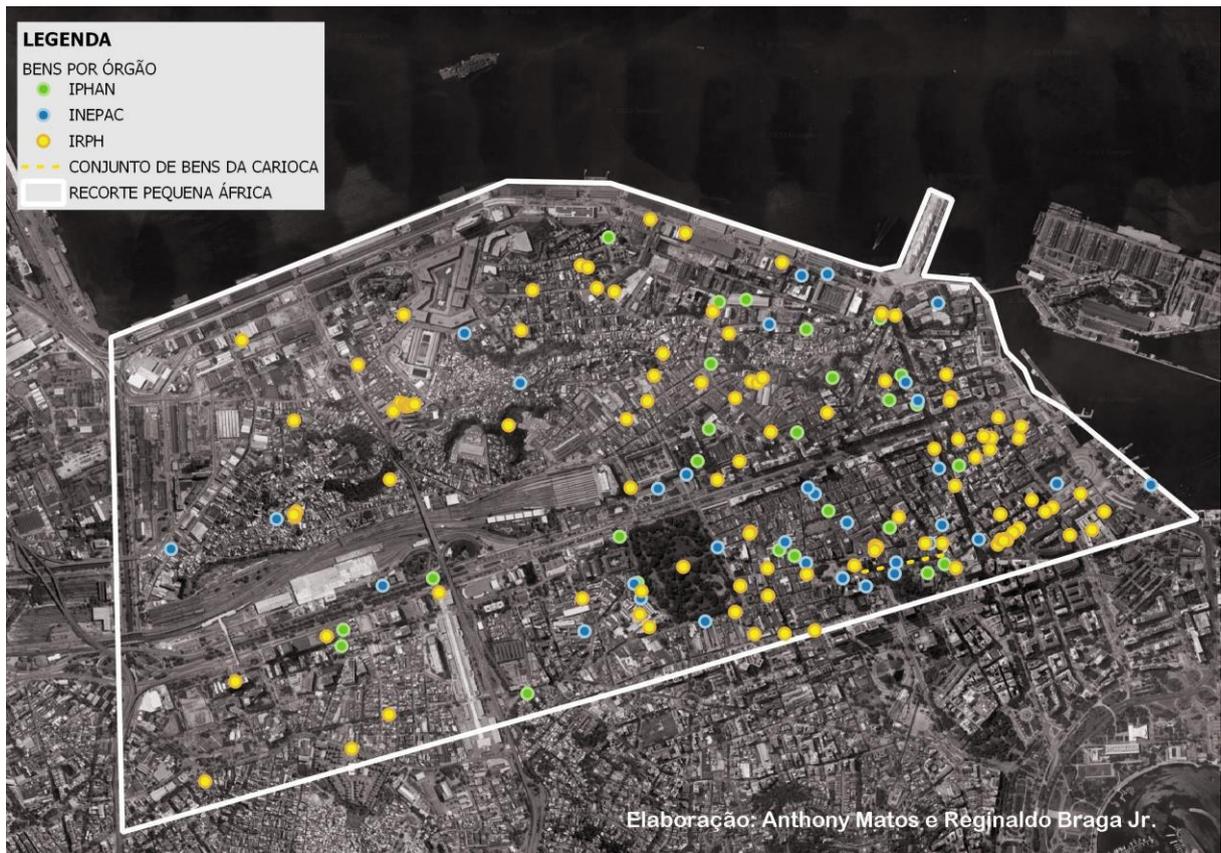
Figura 2 - Todos os patrimônios tombados na Pequena África



Fonte: IPHAN, INEPAC e IRPH (2022)

Neste primeiro mapa, situado na figura 2, temos a configuração geral dos 177 bens tombados no recorte da Pequena África. Um aspecto relevante e que vale a pena ser ressaltado, é o de que é perceptível a distribuição dos bens tombados mais aglomerados a porção leste do mapa, demonstrando, portanto, uma diferença na parte esquerda onde se encontram o Sambódromo, a Cidade Nova e a Praça Onze.

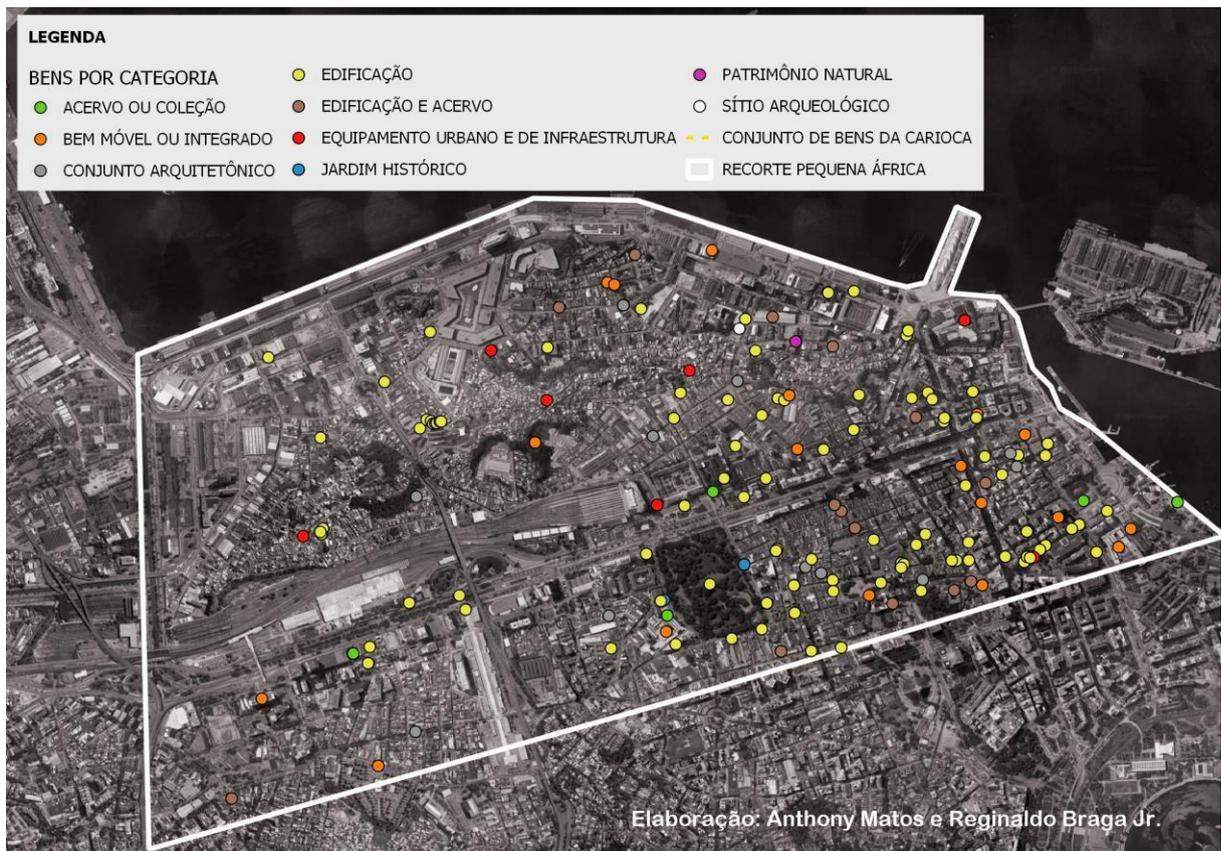
Figura 3 - Patrimônios tombados na Pequena África por órgão



Fonte: IPHAN, INEPAC e IRPH (2022)

Já no mapa da figura 3, temos representada a configuração dos bens tombados, mostrando os seus respectivos órgãos responsáveis por cada ponto marcado no mapa. Percebe-se que no mapa, há uma dispersão dos bens tombados do IRPH, órgão que possui a maior quantidade de patrimonializações (110 bens). Por outro lado, as patrimonializações do IPHAN e INEPAC (no total 67 bens) se concentram também mais ao leste do mapa.

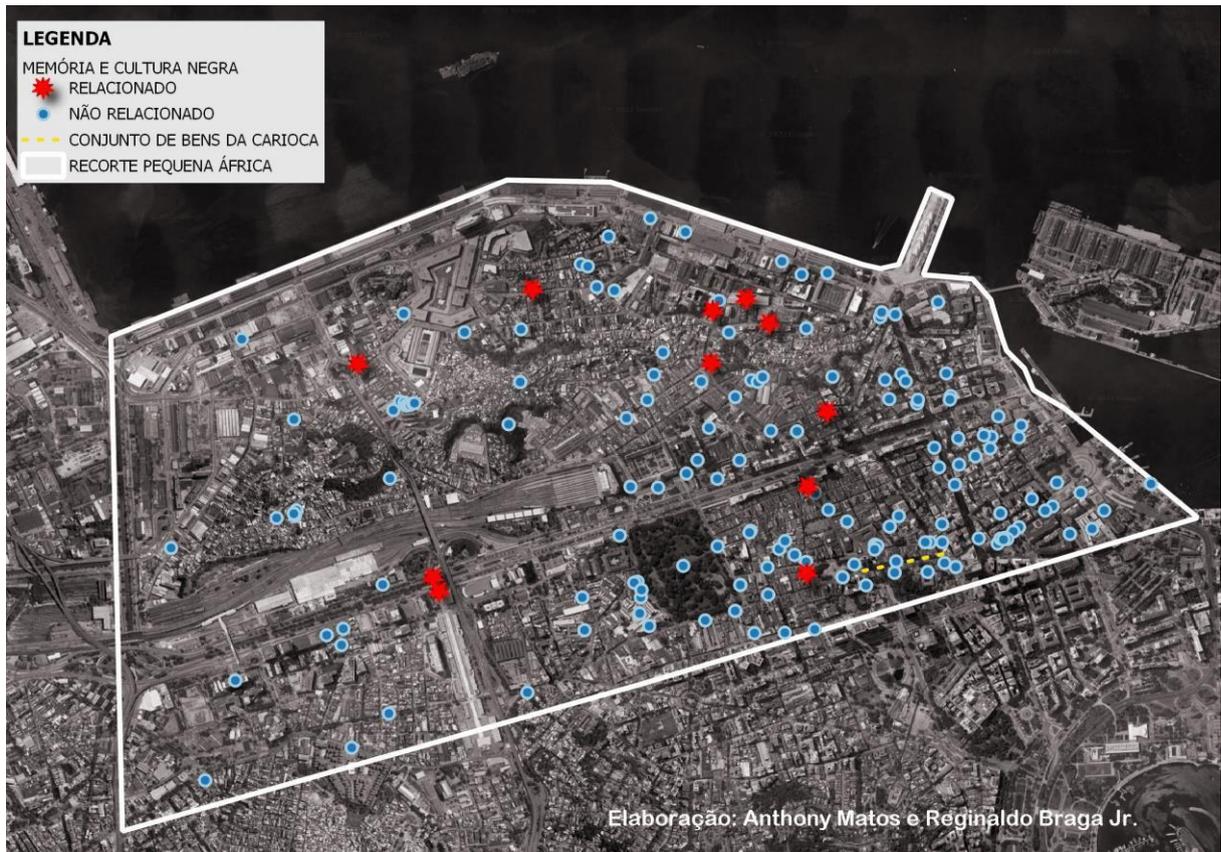
Figura 4 - Patrimônios tombados na Pequena África por categoria



Fonte: IPHAN, INEPAC e IRPH (2022)

Neste penúltimo mapa, o da figura 4, é mostrado o panorama da tipologia de bens que são tombados na região para entendermos dentro desse recorte, qual é a grande tendência e a predominância das categorias das patrimonializações na Pequena África. Percebe-se, visualmente, que disparadamente as edificações, os bens móveis e os equipamentos de infraestrutura, lideram o perfil dos bens tombados pelo IPHAN, INEPAC E IRPH. Nessa configuração, as edificações somam mais da metade dos patrimônios tombados entre bens vinculados a igrejas, teatros e prédios, portanto, mostram o que em maioria vêm sendo requisitado como bem a ser tombado neste lugar.

Figura 5 - Patrimônios negros tombados na Pequena África



Fonte: IPHAN, INEPAC e IRPH (2022)

Antes da figura 5, nos defrontamos com uma visão mais geral dos bens patrimonializados na Pequena África, sendo, portanto, na ordem apresentados os bens tombados, a configuração desses bens a partir dos órgãos responsáveis e também as categorias de bens no tecido urbano da região central do Rio de Janeiro. Essas informações são apresentadas de maneira preliminar para podermos olhar a configuração geral e compará-la com o mapa acima dos patrimônios negros tombados em nosso recorte de análise, portanto, se complementando. Na figura 5, portanto, apresentamos visualmente a localização dos bens ligados à cultura e memória negra, reforçando a ideia das já apresentadas anteriormente tabela 1 e figura 1 deste trabalho.

Assim, portanto, tudo nos leva a crer que ocorreu de fato um processo de branqueamento cultural e da imagem do território (SANTOS et al., 2017) nos patrimônios tombados na Pequena África. Isso é confirmado a partir dos levantamentos, onde foram demonstrados que os bens vinculados à cultura e

memória negra no território alcunhado por Heitor dos Prazeres correspondem apenas a 6,2% dos patrimônios na região. É reforçado visualmente, como visto, através do mapeamento realizado, mas também com todo o histórico das políticas urbanísticas desde o final do século XIX até as obras do Projeto Porto Maravilha, com as remoções daqueles que poderiam ser os espaços tombados da história negra do passado e do presente, como o caso dos barracões dos armazéns e barracões das escolas de samba removidos no século XXI na região portuária. Soma-se a esse resultado as questões processuais do tombamento do Sambódromo.

Neste sentido processual, vimos neste trabalho que o tombamento pode ser requerido de maneira voluntária e compulsória, a primeira forma ocorrida quando o próprio proprietário do bem solicita a salvaguarda do patrimônio ou concorda com tal procedimento, e a segunda forma, ocorrida quando o órgão competente da administração pública, indo contra a vontade do proprietário tomba determinado bem. Ou seja, percebe-se, portanto, que o IPHAN, o INEPAC e o IRPH têm a autonomia para preservar os bens que entendem como relevantes.

Assim, nos direcionamos também para questionar quem são as pessoas responsáveis e inseridas nesses processos de tombamentos. O IPHAN, quando ainda intitulado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre 1937 e 1946 tinha em sua composição a colaboração de uma elite, majoritariamente branca, composta por nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, entre outros. Atualmente os tempos são outros, mas isso demonstra o impacto que a predominância branca dentro dos processos de classificação daquilo que é ou não patrimônio cultural implica na história do órgão federal nos seus primeiros tombamentos auferidos nacionalmente a partir de uma ótica hegemônica pautada no modernismo. Esse cenário encontrado em nosso levantamento onde os patrimônios culturais negros são minoria, não é, portanto, um acaso, mas sim um reflexo dessas políticas de branqueamento atreladas aquilo que Guimarães (2015) em sua tese classifica como uma problemática encontrada no “processo-projeto da construção legal de patrimônios no Brasil” (Guimarães, 2015, p. 109). Dessa maneira, podemos concluir que a política de patrimonialização dentro da Pequena África é, portanto, não democrática, desfavorecendo naquele território cultural e majoritariamente negro a sua história e herança africana, reforçando o protagonismo e a marcação do território através da massiva preservação dos

patrimônios que remetem ao colonialismo e a outros padrões eurocêntricos e hegemônicos.

Em contrapartida, é frente a este cenário relatado acima que a partir de 1987, com o tombamento da Pedra do Sal pelo INEPAC, lugar de relevância cultural e um dos berços do samba na região portuária, que a busca pela visibilização da identidade e memórias no território, através dos patrimônios, passa a ganhar força nos discursos do Movimento Negro. Assim o tombamento e outras formas de preservação dos bens passam, portanto, a se tornarem táticas (CERTEAU, 1994) e ferramentas de ressignificação da região e objeto de luta antirracista na construção da memória de Pequena África. E através dessas lutas e movimentações que entre os diversos acontecimentos que vão do já citado redescobrimto do Cemitério dos Pretos Novos em 1996, indo até a eleição do Cais do Valongo em 2017 a patrimônio da humanidade pela UNESCO, que está inserido o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, resultado da ação dessa mobilização crescente após a descoberta do Cais do Valongo em 2011.

O Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, criado a partir do Decreto municipal 34.803/2011, é o primeiro circuito criado sendo vinculado à cultura negra no Brasil. Este circuito tem em sua composição seis patrimônios, sendo eles: o Cais do Valongo, Jardim do Valongo, Pedra do Sal, Largo do Depósito, Instituto Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio. Somado a este Decreto, em 2018 temos promulgada a Lei estadual de nº 8.105, passando a existir também o Circuito Histórico da Pequena África, constituído pelo Largo do São Francisco da Prainha, Morro da Conceição, Quilombo da Pedra do Sal, Conjunto Arquitetônico Cais do Valongo, Cais da Imperatriz e Praça Municipal, Edifício Docas Pedro II, Remanescente da casa de nascimento de Machado de Assis, Jardins Suspensos do Valongo, Largo do Depósito, Rua Barão São Félix, Praça da Harmonia e Adjacências, Cemitério Pretos Novos, e Centro Cultural José Bonifácio. Decerto, tanto o Decreto municipal, quanto a Lei estadual desses circuitos foram grandes conquistas para aqueles a lutar pela significação e reconhecimento da história da Pequena África. Comparando os patrimônios inseridos nos circuitos com os 11 tombamentos levantados em nossa análise, temos um número maior de bens relacionados a cultura e memória negra, como no caso do Largo São Francisco da Prainha, o Instituto Pretos Novos, a Rua Barão São Félix e a Praça da Harmonia. Ao concordar e incluir lugares diferentes dos levantados em nosso trabalho nestes circuitos, o município e o estado

passam a reconhecer através de um marco legal a existência desses outros locais de identidade e memória africana e afro-brasileira inseridos no Centro do Rio de Janeiro, sendo a Lei estadual (8.105) uma incentivadora, conforme sua criação, da criação de novos circuitos que abranjam o caminho da diáspora africana pelo Estado do Rio de Janeiro. No entanto, essa mesma lei que incentiva a criação desses novos caminhos da diáspora africana, limita a Pequena África a somente esses pontos de seus circuitos, caindo, portanto, em uma controvérsia, afinal como visto, o recorte deste território negro não se limita somente a zona portuária. Dessa forma, podemos perceber que mesmo neste processo visto como uma vitória no que tange a questão do reconhecimento patrimonial dos lugares de memória negros da Pequena África, o branqueamento cultural e o da imagem do território estão velados dentro desses marcos legais.

Por fim, soma-se aos caminhos desses mesmos circuitos uma ideia de Pequena África presa a história do passado, desprezando a história negra no presente construída pela população negra atuante e pertencente ao recorte do território negro. Portanto, apesar de serem considerados avanços e objetos de conquista da mobilização do Movimento Negro e suas lutas na região, tais circuitos apresentando os seus pontos e somando-se ao pequeno número de tombamentos na Pequena África, reforçam que a política cultural de preservação dos patrimônios neste território tem uma tendência em legitimar através da identidade, da memória e da cultura, os patrimônios vistos como hegemônicos em detrimento dos de origem africana e afro-brasileira.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, vimos que a Pequena África, território negro localizado na região central do Rio de Janeiro, na linha daquilo que Nora constitui como lugar de memória, é, portanto, historicamente objeto das chamadas disputas de lugar (SANTOS, 2017). Para ilustrar esse fenômeno, apresentamos como as políticas intervencionistas, embasadas em propostas “revitalizadoras” foram acionadas neste lugar, fazendo contracenar nessas disputas as ações estratégicas, frente as táticas (CERTEAU, 1994) dos atores sociais mobilizados na luta de reconhecimento e significação deste território negro. Como ferramenta de enfrentamento a ação dos atores hegemônicos, o Movimento Negro passa a ver, principalmente após o tombamento da Pedra do Sal em 1987, os patrimônios como ferramentas de enfrentamento ao racismo implementado ali e passam a requerer frente aos órgãos competentes o reconhecimento dos bens culturais ligados a cultura e herança africana e afro-brasileira, buscando assim reforçar a narrativa da história da Pequena África do passado e a Pequena África do presente, através dos ativismos sociais e a utilização desses espaços negros para a perpetuação de práticas culturais ligadas as suas origens.

Assim, foi a partir da análise da importância do patrimônio visto como ferramenta de luta antirracista, que no território da Pequena África, este trabalho buscou investigar os patrimônios culturais negros tombados pelo IPHAN, INEPAC e IRPH, órgãos competentes responsáveis por essa medida de preservação. A partir de nosso objetivo concluído, foi possível confirmar a nossa hipótese que norteia este trabalho, apresentando, portanto, a noção de branqueamento de território (SANTOS, et al., 2017) e analisando se este fenômeno que ao longo da história tem como característica ações de apagamento das referências vinculadas aos grupos não-brancos, impactaram também no sentido cultural e da imagem do território aqueles patrimônios tombados na Pequena África.

Tal confirmação, pôde ser constatada através da abordagem metodológica, onde a partir do levantamento de informações relevantes aos tombamentos, foram constatados os 177 (cento e setenta e sete) tombamentos no recorte, demonstrando que apenas 11 (onze) desses são vinculados à memória e à cultura negra. Representados percentualmente, foi constatado que os patrimônios negros tombados na Pequena África correspondem apenas a 6,2% contra 93,8% dos patrimônios

ligados a bens de referência a herança colonialista, arquiteturas baseadas em padrões estéticos eurocêntricos e hegemônicos. Detalhadamente, temos como resultado individual de cada órgão a seguinte configuração percentual: IPHAN com os seus 31 bens tombados em nosso recorte de análise apresentou 9,6% desses bens ligados a cultura e herança africana, seguido do INEPAC com 5,5% dos seus 36 bens e o IRPH com 5,4% dos seus 110 bens tombados na Pequena África. Essas informações foram reforçadas através dos mapeamentos trazidos, onde foram apresentados no território a dispersão dos bens de maneira geral, por órgão, por categoria e por bens ligados ou não à cultura negra.

Além dos dados quantitativos apresentados acima, o presente estudo trouxe algumas problemáticas e controvérsias encontradas em alguns processos de tombamento, como foi o caso do Sambódromo, tombado pelo IPHAN e INEPAC. A partir dessa análise, foi possível demonstrar como alguns patrimônios vinculados e identificados como lugares de memória negra do passado e do presente, quando tombados, podem ter suas narrativas apagadas ou colocadas em segundo plano nos processos de requerimento de patrimonialização, demonstrando haver, portanto, um desinteresse nas pesquisas e aprofundamentos sobre a história do patrimônio por parte daqueles que compõem o processo de deferimento ou não dos possíveis bens tombados. Nesse sentido, o trabalho contribui também para uma reflexão: quem são essas pessoas inseridas nesses processos dos requerimentos dos patrimônios? Como visto, de maneira enraizada, as políticas de preservação no Brasil têm em sua essência uma composição nos quadros técnicos, a branquitude e a elite definindo quais patrimônios são ou não importantes para a memória e identidade brasileira. Nesse sentido, visando uma gestão pública efetiva desses processos, torna-se de suma importância que tais questões passem a serem abordadas e levadas de maneira séria a debates públicos nestes órgãos competentes e responsáveis pelos tombamentos, além de audiências públicas efetivas direcionada a população da Pequena África e seu entorno serem criadas como ferramentas de aproximação do Estado e a população negra da região, fazendo assim uma quebra da ideia de patrimônio tradicional e hegemônico. Assim, naquilo que nos mostra Guimarães (2015), os patrimônios imateriais caminham para esse sentido de quebra do patrimônio tradicional, no entanto, é importante também que o povo negro tenha o reconhecimento de sua história através dos bens tangíveis, sendo, inclusive, o patrimônio peça importante para o campo dos patrimônios imateriais.

Neste sentido acima é que caminham as possibilidades de trabalhos futuros ainda no campo da patrimonialização. Na ótica de participação cidadã, importante ferramenta de construção social, nossos horizontes, visando a desconstrução hegemônica de patrimônio, podem buscar através da aplicação de pesquisas como vem sendo enxergados os patrimônios culturais na Pequena África. Além disso, se demonstra importante relacionar os patrimônios materiais já levantados neste trabalho a um novo levantamento dos patrimônios imateriais praticados neste recorte de análise. Discutido por Martins (2012 Apud GUIMARÃES, 2015), o conceito de “materialidade da imaterialidade”, onde o autor defende a impossibilidade de uma dissociação entre os patrimônios tangíveis e intangíveis, soma-se a essas possibilidades futuras de investigações científicas os seguintes questionamentos: onde estão sendo praticadas neste território da Pequena África as memórias do presente? Que lugares são esses onde ocorrem as práticas registradas como bens culturais de natureza imaterial? Informações essas que em boa parte já vêm sendo trabalhadas e levantadas pela equipe do projeto de Iniciação Científica “Pequena África versus Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento de território” (NEGRAM), ao qual orgulhosamente faço parte. Ter a resposta para essas perguntas pode contribuir ainda mais para mostrar o impacto desta monografia frente a expressividade desses novos levantamentos, contribuindo também como ferramenta de construção de novas políticas públicas no sentido cultural, onde se inserem também as análises patrimoniais. Assim, na linha do que propõem Domingues e Albinati (2017), é preciso haver um olhar atento à região, considerando-se o histórico das transformações ocorridas no lugar, como também os impactos que tais políticas hegemônicas causaram no sentido da identidade e memória daqueles que transitam e vivem o território. A partir disso, por meio da aproximação e articulação com esses atores sociais, medidas inclusivas, educacionais, constitutivas de valorização da memória, identificação e direito a cidade, devem ser construídas como suporte e reconhecimento a essas lutas, resistência e ressignificação que vêm ocorrendo no território da Pequena África. É implementando estratégias e ações efetivas, mirando combater e reparar o racismo imposto através do processo de branqueamento de território nas patrimonializações e reapropriações dos espaços hegemônicos, que futuramente o cenário constatado e apresentado neste trabalho poderá ser mudado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre. O Tombamento como Instrumento de Proteção ao Patrimônio Cultural. *Revista Brasileira De Estudos Políticos*, 2008, p. 65-98.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

*Ata do 55º conselho consultivo do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, 2007.

Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/10/ipatrimonio-Varias-cidades-Reuniao-aprovacao-Conjunto-da-Obra-do-Arquiteto-Oscar-Niemeyer-Fonte-IPHAN.pdf> . Acesso em: 29 jul. 2022.

AZEVEDO, André Nunes. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2016.

AZEVEDO, André Nunes; PIO, Leopoldo Guilherme. “Entre o porto e a história: revitalização urbana e novas historicidades no porto do Rio de Janeiro com vistas às Olimpíadas de 2016.” *Revista Tempo e Argumento* v. 8, 2016, pp. 185–208.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *A modernização do Rio de Janeiro*. In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985, pp. 599-611.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel e Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição Federal. *Artigo 216, caput, incisos, parágrafos*, 1988.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937*. Brasil, 1937.

BRASIL. *Decreto-lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937*. Brasil, 1937.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* [Recurso eletrônico]. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, Ed.UNESP, 2001.

CORREIA, M. M. *Entre portos imaginados: construções urbanísticas pensadas a partir do projeto Porto Maravilha, cidade do Rio de Janeiro*. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DOMINGUES, João; ALBINATI, Mariana. *Direitos culturais: diversidade e conflito produzindo a cidade*. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos; NOVAES, P.R.; LACERDA, L.; WERNECK, M. (orgs.). *Caderno Didático Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

*Dossiê de candidatura do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, a Patrimônio da Humanidade pela Unesco*. 2016. Rio de Janeiro. Link:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_Cais\\_do\\_Valongo\\_versao\\_Portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf)

Em campanha Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos. *Jornal o Globo*. Rio de Janeiro, 09 Jul. 2012. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tentavincular-suaimagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676> . Acesso em: 20 Mai. 2022.

FAJARDO, Washington (org.) *Guia do tombamento cultural carioca: bens tombados 2014*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2014. Revista estendida [recurso eletrônico] 5ª edição. Disponível em:

[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6442881/4172719/guiatombamentoport20.12b\\_aixa.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6442881/4172719/guiatombamentoport20.12b_aixa.pdf) Acesso em: 10 de Jan. 2022.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. 1º Edição digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. *Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2015, 352 f.

HALL, Stuart. *Identidade cultural e diáspora*. Comunicação & Cultura, nº 1, 2006, p. 21-35.

HAESBAERT, Rogério. *Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial*. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

KNECHTEL, M. R. *Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início – fev. 2006.

LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

MINAYO, M. C. *O desafio da pesquisa social*. In: Minayo, M. C. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 2º Ed. Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. São Paulo: Proj. História, v.10, 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

*Perguntas Frequentes - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Iphan.gov.br. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9> . Acesso em: 5 jul. 2022.

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v.5, 1993.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ática: São Paulo, 1993.

TEIXEIRA, Milton Mendonça. O porto – ventre do Brasil: um passeio pelas ruínas da Pequena África. *Revista Inteligência Empresarial: o Porto Maravilha e a Pequena África*. Rio de Janeiro, RJ: CRIE/COPPE/UFRJ, nº 35, 2011, p. 22-25.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, Milton. et al. *O papel ativo da Geografia: um Manifesto. XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis: Laboplan-USP, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil. *Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.19.

SANTOS, Renato Emerson dos; DA SILVA, Karoline Santos; RIBEIRO, Lisyane Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. *Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?* Seminário indisciplinar. UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Pequena África: um território negro na cidade do Rio de Janeiro. In: Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África [recurso eletrônico] / organização Renato Emerson dos Santos ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022, p. 214-229.*

SANTOS, Renato Emerson dos. *Rediscutindo o ensino da Geografia: temas da Lei 10.639.* Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Repertórios espaciais de ação na luta antirracismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Paula Cardoso. (org.). Cartografias do conflito no Rio de Janeiro. 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, p. 12-27.*

SAQUET, Marcos Aurélio. *O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004*

SCHMIDT, Maria Luisa; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: *Memória coletiva e experiência.* São Paulo: Psicologia USP, v. 4, 1993, p. 285-298.

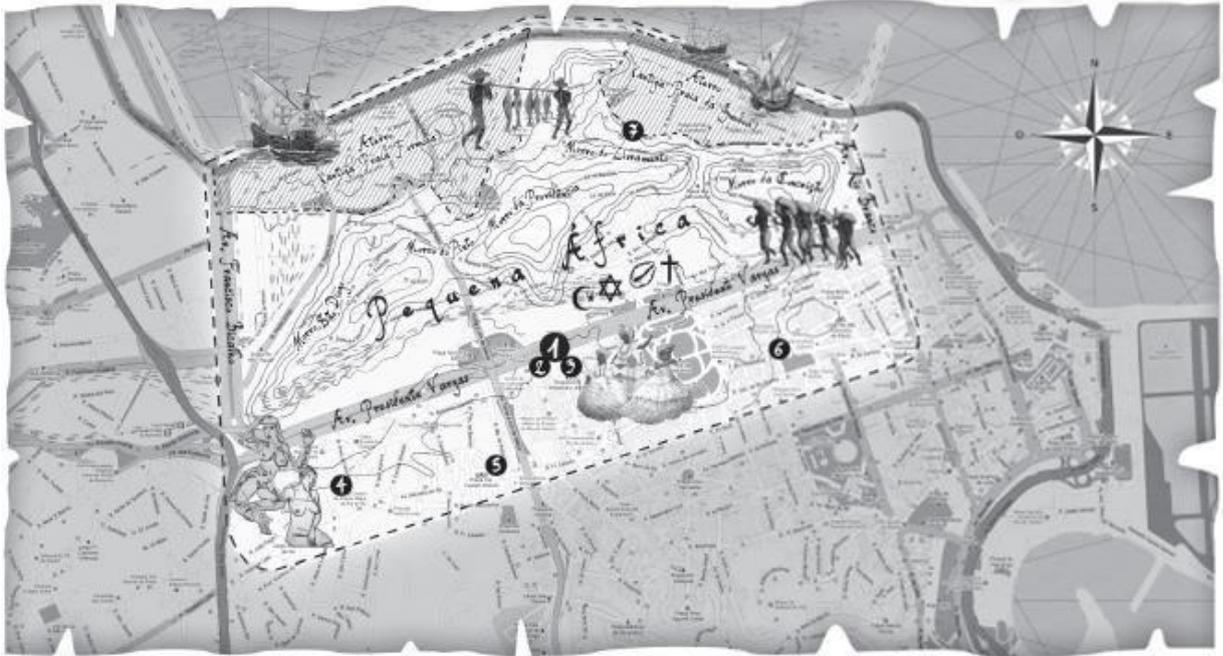
SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981, p.482.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1988.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.*

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. v.15. p. 7-72.*

## ANEXO A – Mapa Pequena África

**A Pequena África**

- 1 Antiga Praça Onze
- 2 Casa de Tia Ciata
- 3 Concentração de alfaiatarias de judeus
- 4 Mangue (zona da prostituição de mulheres negras e judias)
- 5 Antiga fábrica de cerveja Brahma
- 6 Comerciantes judeus e árabes (Saara)
- 7 Porto do Valongo

Concepção: Camila Soares e Luiz Carlos Prestes Filho  
 Historiador: Milton Mendonça Teixeira  
 Design: Mariana Moraes

(TEIXEIRA, 2011, p. 22-23)